

A REVOLUÇÃO BRASILEIRA

Caio
Prado
Junior

Perspectivas
em 1977

7.^a
edição

editora brasiliense

Foi com alívio, e, confesso mesmo, com grande satisfação, que li a crítica feita por Assis Tavares ao meu ensaio *A REVOLUÇÃO BRASILEIRA*, no n.º 11/12 dessa Revista. Bem diferente de outras críticas anteriores que tiveram a animá-las muito mais um injustificável e descabido espírito de agressão pessoal, e que por isso nada trouxeram de verdadeiramente útil para o esclarecimento de questão da maior importância no momento atual para a nossa vida política, AT procura objetivamente analisar as diferentes teses que abordei naquele livro, apontando-lhes o que, a seu ver, encerram de incompleto e mesmo de errôneo, de falho e alheio da realidade brasileira. E traz com isto uma contribuição positiva que esclarece, para mim inclusive, muitas das diferentes questões compreendidas na complexidade imensa da revolução brasileira que todos nós queremos levar avante. Já o artigo de AT, e tanto mais quantos outros do mesmo estilo apareçam, dão-me a segurança que não foi em vão o esforço que dediquei à elaboração do meu livro. É de um debate neste nível e categoria que surgirá afinal, em termos acertados e fecundos, a teoria de que necessitamos, e necessita o Brasil, para que se estimule e se leve a bom fim a marcha dos acontecimentos no sentido revolucionário que almejamos.

Quero, em primeiro lugar, definir o limite das minhas intenções ao escrever *A REVOLUÇÃO BRASILEIRA*, porque AT, manifestamente as exagerando, situa aí uma boa parte de sua crítica. Em algumas passagens do seu trabalho, AT parece atribuir-me o propósito de "propor todo um programa para a Revolução Brasileira". Além dessa afirmação, AT se queixa em outras, e por isso me critica, de não ter tratado disto ou daquilo..., como se realmente tivesse sido minha finalidade propor um tal programa exaustivo da revolução. Pois esteja AT descansado: não pensei nisto ao escrever *A REVOLUÇÃO BRASILEIRA*, como não penso agora, e esteja certo, não pensarei nunca. Uma teoria revolucionária, que não é um exercício sociológico, e sim objetiva a ação prática, deve, para ter valor, representar um pensamento coletivo, deve ser a resultante do esforço de toda uma corrente de

pensamento trabalhando em comunhão e consonância. Nenhum de nós, e nenhum indivíduo, por si apenas, pode ter a pretensão de se colocar fora e acima dos fatos que analisa e interpreta, a fim de lhes traçar normas. Todos participamos de uma tarefa comum. É na ação coletiva que esta tarefa nos impõe, e na reflexão estimulada e condicionada por esta mesma ação e pelos contatos e relações que dela derivam, é daí que surgirá e se precisará um pensamento comum capaz de pela sua justeza e penetração em amplos setores da coletividade de que participamos, constituir uma verdadeira e fecunda teoria revolucionária.

Assim sendo, como penso, o que desejei ao escrever meu ensaio, e o que ainda desejo, é tão-somente trazer a minha contribuição de experiência prática, estudo e reflexão proporcionados pela minha atividade no curso de não poucos anos de luta, para a elaboração em que estamos, ou devemos estar todos empenhados, de uma teoria da revolução brasileira no nível e com os padrões acima referidos. Esta minha contribuição terá acertos (o próprio AT, em regra tão severo, reconhece alguns, e talvez, como espero, reconhecerá outros depois desta minha defesa que ora lhe apresento), e grandes desacertos. Mesmo estes últimos, contudo, terão servido para provocar a reflexão e uma análise mais rigorosa das questões debatidas. Contribuirão assim, indiretamente pelo menos, para um ajustamento melhor do assunto, e com isto, para o amadurecimento mais avançado das teses que deverão orientar a marcha da revolução brasileira. E isso já será para mim uma justificativa e consolo do erro involuntário cometido.

Com estas considerações preliminares que servem para situar o nível no qual entendo se deva travar o presente debate, vamos ao "mérito da questão", como costumam dizer os advogados. E neste terreno, tenho uma primeira e grande crítica a fazer à crítica de AT. É que meu contraditor não procurou em sua contradita ir à essência daquilo que constitui o conteúdo principal de A REVOLUÇÃO BRASILEIRA (do livro, está visto). Em outras palavras, AT aborda topicamente diferentes afirmativas e teses do livro, e certamente algumas das mais importantes. Mas não foi ao conjunto, à idéia geral e fundamental que o anima. Isto se deve possivelmente ao fato de eu me ter mal expressado, não conseguindo assim transmitir aquela idéia e estrutura geral do livro. Mas seja por este ou aquele motivo, o certo é que a crítica de AT se dispersou fragmentariamente em considerações particularistas a respeito deste ou daquele ponto. E talvez estas considerações tenham sido algo diferentes, e mais condescendentes para comigo, tivesse

AT concentrado sua atenção na linha fundamental, e vamos dizer assim, "estrutural" do meu trabalho.

Procurarei pois tornar-me mais claro, uma vez que me parece muito importante a colocação geral que tentei (sem sucesso para AT, e talvez, para muitos outros leitores também) do problema da teoria revolucionária. Constitui este um ponto de partida necessário para quem quer que procure chegar a algum resultado prático. O que me preocupou sobretudo, e o que objetivei, foi, PRIMEIRO, deslindar os fatores ou forças que no terreno econômico, social e político estão *efetivamente* na base do dinamismo da história brasileira da atualidade, e que impelem ou são suscetíveis de impelir a marcha dos acontecimentos no sentido da revolução. Em particular daqueles acontecimentos que têm seu teatro no campo, e que são a meu ver, no momento, os principais e fundamentais, embora longe de serem os únicos. O que me preocupou em seguida e em SEGUNDO lugar foi indagar quais os meios e processos adequados para estimular aqueles fatores e forças a fim de alcançar o mais breve possível os objetivos almejados, que são precisamente a mesma revolução.

São estes pontos, a meu ver, e parece evidente, que devem ser conservados permanentemente à vista quando se pretende analisar a realidade brasileira em função da revolução e das transformações objetivadas de nossa vida econômica, social e política. De nada adianta imaginar e propor objetivos e finalidades fantásticos, por mais atraentes ou acertados que se apresentem em outras sociedades ou épocas que não a nossa, quando eles não se encontram *efetivamente* contidos na dialética, ou, se preferirem, na dinâmica própria de nossa evolução; quando eles não constituem um desdobramento natural desta evolução. Como também de nada serve invocar fatores ou forças sociais que não se acham *de fato* presentes na mesma dinâmica histórica brasileira; ou não tendam a se desenvolver no sentido revolucionário.

Está claro, e repito mais uma vez a restrição, que não pretendi nem pretendo agora responder cabalmente àquelas indagações; mas tão-somente apresentar algumas perspectivas onde possivelmente se encontrarão as respostas procuradas, ou parte delas.

Com este objetivo em mente, propus como ponto de partida a tese de que a teoria consagrada na qual se apoiava, e aparentemente ainda se apóia (pelo menos para muitos, inclusive, ao que parece, para AT), a política de esquerda no Brasil, não se aplica aos fatos reais da nossa história, e não passa, na sua maior e

principal parte, de um esquema abstrato, copiado de modelos exóticos artificialmente transplantados para a nossa realidade. E assim sendo, aquela teoria, longe de abrir perspectivas para a luta revolucionária e uma ação fecunda, freqüentemente embarçou e desorientou esta ação e luta, uma vez que propõe objetivos imaginários e irreais nas condições brasileiras (como seja a superação do "feudalismo", que seria o nosso regime social presente), e adota como ponto de apoio forças igualmente fantásticas.

Em primeiro e principal lugar, "um campesinado oprimido e explorado por latifundiários na base de relações feudais ou semifeudais de produção e trabalho". A teoria revolucionária, consagrada e decalcada em modelos onde o capitalismo, como forma de organização econômica e social, emergira do feudalismo que o precedera, tinha por isto mesmo que postular aquele campesinado também no Brasil. Se este postulado se verificava ou não nos fatos reais de nosso país, disto não se preocuparam os teóricos ortodoxos da nossa revolução. Interpretando o marxismo como uma coleção de fórmulas e normas dogmáticas universalmente aplicáveis, entenderam que se na obra dos clássicos do marxismo o capitalismo aparece como seqüência do feudalismo, isto também deveria ocorrer no Brasil. E como o nosso capitalismo lhes parecia incipiente, e de fato assim era, deveria por força conservar traços e remanescentes de um feudalismo que necessariamente o precedera. Entre eles, um campesinado feudal ou semi-feudal. Outra coisa não significa, nem pode significar, o velho refrão da nossa literatura marxista ortodoxa, ou antes, pseudomarxista, relativo aos "restos feudais ou semifeudais" presentes nas relações de produção do campo brasileiro.

É certo que convencidos, ou antes semiconvencidos apenas do ridículo desta formulação, alguns daqueles teóricos mais alertados passaram a evitar a expressão "feudalismo", e a substituíram por "pré-capitalismo". Mas o gato se percebe pela cauda. A simples expressão "pré-capitalismo" não tem, em si, nenhum sentido, a não ser o lógico ou semântico, porque tudo sempre tem um antecedente que se exprime lingüisticamente pela partícula "pré": pré-histórico, pré-humano, pré-racionalismo etc. O nosso capitalismo também tem um "pré": evidentemente o "pré-capitalismo". Mas o significativo não é evidentemente falar em "pré-capitalismo", mas definir em que consiste este pré-capitalismo. Isto os nossos teóricos ortodoxos do marxismo que abandonaram o emprego da expressão "feudalismo" pela mais eufônica de "pré-capitalismo", isto eles não fizeram, nem tentaram fazer, naturalmente

porque precisavam abandonar os textos clássicos do marxismo, que nunca se ocuparam com o Brasil, e ir diretamente a este Brasil e suas coisas onde não encontrariam o feudalismo, e sim, como *relações de produção*, a escravidão que ao evoluir e se transformar vai dar em situação bem diferente daquela que a teoria ortodoxa pretende encontrar entre nós, e que somente se verificaria se precedida pelo feudalismo e suas características relações de produção.

Em suma, a substituição da expressão "feudalismo" por esta outra, "pré-capitalismo", não passa, na teoria ortodoxa da revolução brasileira, de um expediente eufêmico. Na realidade, diz a mesma coisa com outras palavras menos chocantes e repugnantes ao bom senso e ao mais elementar conhecimento da história econômica e social brasileira. Essa manobra semântica não é naturalmente realizada de maneira perfeitamente consciente e propositada, mas resulta da própria confusão e imprecisão de uma teoria que se quer aplicar a uma realidade a que não se ajusta. O próprio AT é vítima flagrante dessa impensada confusão. É assim que embora pertencente àqueles que estão visivelmente procurando descarregar-se do incômodo lastro da interpretação "feudalista" do Brasil — vejam-se seus comentários no item "Feudalismo no Brasil?" —, repete um conceito que precisamente só tem sentido dentro da mesma concepção "feudalista": *monopólio pré-capitalista da terra*, que constituiria, segundo o mesmo AT, "o cerne do que seria arcaico na estrutura agrária [brasileira]".

O que significa este "monopólio pré-capitalista da terra", no contexto de AT, e excluídas suas implicações "feudalistas"? Nada. Haverá no Brasil "monopólio" da terra no sentido de concentração da propriedade fundiária. Mas este monopólio ou concentração é, na atualidade e cada vez mais sensivelmente, de natureza essencialmente capitalista. Um fato apenas bastará aqui para comprová-lo. A principal instância do processo de concentração fundiária verificada no Brasil em época recente é aquela que deu nos latifúndios da agroindústria do açúcar, tanto no Nordeste como em São Paulo, latifúndios estes que constituem hoje os maiores de toda a agricultura brasileira. Ora essa concentração, por todos os seus característicos, sejam os fatores que a determinaram, sejam as relações de produção e trabalho em que se organizam, é tipicamente capitalista. Ocupei-me expressamente do assunto em A REVOLUÇÃO BRASILEIRA. E é pena que AT não tivesse atendido para esta passagem do livro, que pela evidência dos fatos nela considerados teria por certo contribuído para retificar muitos de seus conceitos a respeito da revolução agrária.

AT daria também seguramente, se não desprezasse esta matéria, com um dos pontos essenciais da tese central que procurei desenvolver em A REVOLUÇÃO BRASILEIRA, e que ele infelizmente desconsiderou — como notei de início —, prejudicando assim a compreensão do assunto e a devida colocação das questões fundamentais da revolução brasileira na atualidade. Refere-se aquele ponto ao grave dano que resultou para a política e ação revolucionárias no Brasil de uma falseada teoria como esta da revolução agrária antifeudal ou antiprecapitalismo (expressões estas, segundo vimos, que no fundo se equivalem), ou mesmo antimonopólio pré-capitalista da terra (como AT parece preferir, e que também vem a dar no mesmo). É que posta a teoria nestes termos, ela conduz imediata e necessariamente, como de fato conduziu, à conclusão política e prática de que o ponto principal de apoio na luta revolucionária no campo se localiza na questão da terra reivindicada por um campesinado revolucionário. Aliás na formulação de AT acima referida encontra-se claramente contida essa posição política.

O assunto encontra-se largamente desenvolvido em A REVOLUÇÃO BRASILEIRA. Trata-se em suma do seguinte. Acentuando-se a luta agrária na questão da terra, a política revolucionária inspirada coerentemente na tese ortodoxa que consideramos, apela para um fator e força social de papel efetivamente insignificante, em prejuízo de outras formas realmente eficazes de luta. Interpretando erradamente as relações de produção e trabalho predominantes na agropecuária brasileira, e configurando nela, por força da mesma teoria, uma classe social de fato inexistente, ou de expressão relativamente pequena, e de forma alguma revolucionária, que vinha a ser um campesinado cerceado e contido como força produtiva pela propriedade feudal da terra (aquilo que AT eufemicamente denomina “monopólio pré-capitalista da terra”), isto é, uma situação em que a terra se acha em parte considerável e dominantemente apropriada por uma classe particular de proprietários distintos dos proprietários capitalistas que são também empresários da produção (como se dava por exemplo na Rússia czarista com a nobreza tradicional), a política revolucionária assim desorientada pela teoria, concentrou todo ou quase todo seu esforço e atividade no sentido de finalidades sem correspondência na situação presente nos principais e decisivos setores do campo brasileiro, tanto no que se refere a condições *objetivas* — os fatos empíricos —, como a condições *subjetivas* — a consciência dos trabalhadores rurais. Em primeiro e principal lugar, a

reivindicação da terra. Ficaram assim à margem e subestimadas aquelas reivindicações mais compreendidas e sentidas, bem como efetivamente incluídas no processo revolucionário imanente nos fatos. A saber, aquelas que resultam das contradições que se propõem nas relações de produção e trabalho predominantes no campo brasileiro, e que são as de *emprego*.

Tudo isto se acha desenvolvido na análise contida em A REVOLUÇÃO BRASILEIRA, e acredito que as conclusões a que cheguei estão aí fundamentadas com um máximo de segurança. Não constituem improvisação, nem dedução *a priori* de esquemas ou opiniões preconcebidos, mas resultam de cuidadosa e rigorosa pesquisa e elaboração teórica. E são confirmadas (como ainda agora tenho tido ocasião de verificar) pela generalidade daqueles que, seja como pesquisadores teóricos, seja como militantes políticos, se ocuparam efetiva e diretamente com o assunto.

Há assim nas conclusões a que cheguei uma grande probabilidade de acerto. Mas se estou errado, cabia a AT retificar-me com argumentos teóricos e práticos de igual nível, o que certamente constituiria contribuição de grande importância para a definitiva elucidação do assunto. Assim contudo não procedeu, limitando-se em sua contestação a uns poucos e imprecisos comentários relativos à matéria, salpicados de algumas afirmações dogmáticas e coroados com o argumento decisivo que insinua sobre a “realidade concreta” que há de estar necessariamente atrás de uma teoria importada há meio século atrás da Internacional Comunista, e que ainda está “viva” nas convicções de tantos. O que me lembra argumento semelhante que a instrução religiosa da Igreja Católica apresenta, ou apresentava em favor desta última e que vem a ser os muitos séculos de existência com que ela conta...

Por que esse procedimento de AT, deixando escapar uma ocasião magnífica para fundamentar a teoria ortodoxa com algo mais que a tradição e afirmações dogmáticas? Deixo a resposta ao leitor.

Em outro ponto, na questão do imperialismo e da luta pela libertação nacional, AT igualmente aprofunda muito pouco o assunto, fugindo a uma análise geral e ficando na superfície dos fatos e acontecimentos que considera. Em vez de defender no seu conjunto a teoria clássica da revolução e sua concepção a respeito da problemática política que dela deriva, limita-se a uma tentativa de refutação de uma ou outra conclusão a que cheguei em A

REVOLUÇÃO BRASILEIRA. Mas o sentido principal dessas conclusões é o *conjunto* em que elas se integram, a saber, maneira falseada com que a teoria clássica e ortodoxa (que AT aceita) situa a questão do imperialismo e dos fatores econômicos, sociais e políticos que se acham na base da penetração e da dominação imperialistas em nosso país, bem como da resistência que encontram ou podem encontrar nele. Disto AT não se ocupa senão muito superficial e sumariamente. Todo o problema, para ele, se reduz ou parece reduzir-se ao debate sobre a existência ou não de uma "burguesia nacional". Debate aliás que na sua opinião é antes puramente acadêmico, uma vez que, segundo ele, não tem solução, e somente será "superado" quando ingressarmos no socialismo, isto é, quando terá perdido todo e qualquer interesse. É o que AT afirma textualmente na pág. 61.

Acadêmico embora, AT dedica à questão da burguesia nacional a maior parte de seu arrazoado. Mas dentro do estreito critério que é o seu, isto é, de não considerar o conjunto da matéria e o sistema de nossa economia e estrutura econômica e política em que o imperialismo se articula, AT não consegue nem ao menos caracterizar a sua "burguesia nacional". Não se trata no caso, está visto (embora AT não se aperceba disto) de simplesmente, e mesmo simplisticamente determinar se há ou não burgueses contrários aos interesses e atividades imperialistas. O que realmente importa no caso é apurar se de fato existe no Brasil uma categoria burguesa (vejam bem, não simples indivíduos, mas uma formação sócio-econômica) que pela natureza própria e específica de seus negócios, atividades, aspirações e ambições, esbarra pela frente com interesses e atividades contrários que seriam do imperialismo e que lhe embaraçariam o exercício normal daqueles seus negócios ou a realização de suas aspirações. Em suma, a caracterização revolucionária de uma categoria nacional burguesa (e é disto que precisaria a teoria para ter valor e significar alguma coisa na luta revolucionária) exigiria a definição de contradições específicas e significativas entre um setor burguês brasileiro e o imperialismo, contradições estas enraizadas nos fatos econômicos e sociais, e superável unicamente por reformas e uma reordenação das instituições vigentes que impulsionassem efetivamente o processo revolucionário. É somente assim que se poderia contar com uma força capaz de realmente impelir a luta antiimperialista e a revolução brasileira.

Nada disto, contudo, preocupa AT. Para ele, uma burguesia nacional revolucionária se caracteriza simplesmente pelo fato da

eventual concorrência que empreendimentos estrangeiros possam fazer a homens brasileiros de negócio. AT parece não enxergar que mesmo no caso de existir tal concorrência em proporções apreciáveis (coisa que ele aceita sem maior indagação, omissão já em si injustificável pois revelaria o verdadeiro "peso" relativo de sua burguesia nacional como fator político, avaliação essa evidentemente indispensável no caso), mesmo assim, qualquer ação política fundada simplesmente numa concorrência poderia significar, como de fato tem freqüentemente significado, nada mais que um envolvimento em questões de natureza puramente burguesa e que nada têm a ver com a revolução. Importaria apenas numa tomada de posição em favor de certos interesses privados contra outros, sem contribuir com isso em nada para a marcha do processo revolucionário. Tivemos em São Paulo um caso bem flagrante disso, por ocasião de ruidosa campanha contra a *American Can*, empresa norte-americana que pretendia estabelecer-se no país. Campanha essa apoiada por forças de esquerda, mas promovida por interesses também intimamente ligados ao imperialismo. Assistiu-se então ao triste espetáculo da mobilização e arregimentação da opinião pública na defesa dos mais espúrios interesses do ponto de vista da esquerda.

É esse um dos pontos mais delicados da política revolucionária, em que bem se revelam grandes perigos e graves erros que uma política mal orientada pode encerrar. Encontra-se no Brasil um sentimento nacional bem acentuado em diferentes setores da opinião pública, e que nada tem de necessariamente burguês, muito pelo contrário, de que sofremos, como nação e como povo, as contingências ditadas por interesses estranhos que têm seu centro diretor nas esferas de negócios das grandes potências imperialistas; e em particular, no presente momento, nos Estados Unidos. Esse sentimento e compreensão não são específicos, longe disso, de nenhum setor burguês como tal; nem se alimenta, fundamentalmente, de interesses contrariados de natureza essencialmente burguesa. Trata-se de um sentimento nacionalista, misto de patriotismo e de vaga intuição dos inconvenientes e perigos (e também das humilhações) a que nos expomos, e expomos também a nossa dignidade, no curso das relações e dos contatos que mantemos com os círculos imperialistas.

Ora esse sentimento, precisamente porque não tem ainda um lastro de consciência precisa e de pensamento claramente formulado, tanto pode servir para campanhas como a do petróleo (onde diga-se de passagem, a burguesia como tal, ou qualquer de seus

setores tomado como categoria social representativa de interesses nacionais definidos, brilhou pela ausência), como pode servir de instrumento de interesses bem distintos daqueles que se pretende defender e com os quais se pensa impulsionar a marcha da revolução. Inclusive até interesses imperialistas, como foi o caso, na década dos 50, do imperialismo alemão ressuscitado das cinzas da guerra, e que no esforço para reconquistar um lugar ao sol, procurava insinuar-se na simpatia dos brasileiros contrastando sua atitude "generosa" e de largos horizontes, fruto de quem igualmente se encontrava por baixo, com a estreiteza de vistas, o egoísmo e a avidez sem limites dos poderosos e sobranceiros empreendimentos norte-americanos...

Dai a delicadeza da situação. E é muito oportuno lembrá-lo agora, quando atrás do "slogan" que se vêm difundindo, da "desnacionalização das empresas brasileiras", se está muitas vezes promovendo interesses nitidamente anti-revolucionários. O fato da desnacionalização é incontestável, e contra ela há que lutar decididamente. Mas sem perder de vista, e pelo contrário cuidar atentamente para que nessa campanha legitimamente antiimperialista, não venham as forças progressistas a se confundirem (como já se percebe muito bem o perigo) com interesses muito pouco "nacionais", e muito menos revolucionários. Sob a capa de oposição à desnacionalização, está se insinuando, cada vez mais insistentemente, a necessidade de reabrir as cornucópias oficiais em benefício de empresas que incapazes de participarem do jogo normal do capitalismo com seus altos e baixos característicos e inevitáveis, procuram, depois do largo e aventureiro desfrute dos bons momentos proporcionados pela inflação, descarregar agora os maus efeitos dela, que começam a sentir, nos ombros da nação e nos bolsos dos contribuintes do fisco. O que nos alerta contra nova forma de explorar o sentimento nacionalista, são entre outros, palavras recentes do Governador de São Paulo, cujas ligações, tendências e indisfarçável posição política são bem conhecidas, e que subitamente tomado de pruridos antiimperialistas, se mostra preocupado, segundo os jornais paulistanos de 4 de abril (1967), "com o processo de desnacionalização das empresas brasileiras", explicando que "as nossas empresas não têm capital de giro e são obrigadas a recorrer ao capital externo"... "Com isso", conclui o Governador, "precipitam-se em crise financeira ou se entregam ao capital estrangeiro." Pois então que venha o auxílio oficial nesta nova campanha antiimperialista promovida pelo Governador de São Paulo, suprimindo-se com recursos da na-

ção, o capital de giro de empresas que não souberam ou não quiseram constituir-lo nos bons momentos da euforia inflacionista, preferindo jogar seus grandes lucros então auferidos ou em gastos conspícuos, ou na voragem da especulação sem freios que lhes enchia cada vez mais, embora ilusoriamente muitas vezes, os bolsos. Inclusive, notem bem, os das empresas imperialistas que agora fazem coro nesta campanha antiimperialista.

São dessa ordem os perigos que oferece uma ação política mal orientada por teorias superficiais e apressadas, e que falseiam a realidade nacional. Tais perigos e graves consequências derivadas da confusão entre forças realmente progressistas, de um lado, e reacionárias de outro, quando circunstâncias ocasionais e muitas vezes maliciosamente arquitetadas parecem aproximá-las, são duplos. De um lado, podem dar, como já têm dado no passado, no favorecimento precisamente da política que as forças progressistas devem em princípio combater. De outro, embaraça e tolhe a caracterização e definição de um pensamento autônomo e verdadeiramente revolucionário (que é do que mais necessitamos na atual conjuntura brasileira). Observamos muito bem estas graves consequências na posição do próprio AT cujo elevado gabarito revolucionário, que seu artigo tão bem revela, não o impediu de chegar à mais incoerente das conclusões ao defender a linha política que deu na solidariedade das forças progressistas com a candidatura e em seguida o governo do sr. Juscelino Kubitschek. AT, embora reconhecendo expressamente, como não podia deixar de reconhecer, o entreguismo do sr. J. K., entende todavia que aquela solidariedade se justificava porque evitou o entreguismo "dos Lacerda, Carlos Luz, Café Filho, Juarez Távora, Júlio Mesquita etc. (enumeração textual, pág. 51). Mesmo admitindo que possa haver gradação de entreguismo, e que o entreguismo juscelinista tenha sido menos grave que o do outro grupo (o que é altamente contestável, pois o deste último grupo era muito mais de palavras e inferências indiretas, e o do sr. J. K. foi de palavras bem claras e de atos que se marcaram profundamente na cronologia da submissão do Brasil ao imperialismo), mesmo naquela hipótese, que, diga-se de passagem, não tem nenhuma consistência do ponto de vista revolucionário, já refletiram AT e todos aqueles que pensam como ele no considerável dano e atraso que a solidariedade de forças progressistas, e em particular dos comunistas, a um governo declaradamente favorável ao imperialismo, determinou no processo de maturação e eclosão de uma clara consciência popular antiimperialista?

Nunca se esqueça (e isto é da maior importância política) que as intenções e propósitos íntimos de dirigentes políticos têm importância e significação muito pequenas em face de atitudes expressas e da repercussão que vão determinar em frente à massa popular que não tem acesso às sutilezas e maquiavelismos de seus líderes. Uma política revolucionária tem de ser clara, aberta, sem subterfúgios e intenções disfarçadas. Ou acreditamos na força do pensamento de esquerda e no destino da revolução, tal como ela é realmente, ou não haverá revolução, que esta não se fará nunca através de manobras artificiosas de bastidores, mas tem de partir e somente pode partir da ação popular. E esta ação popular não se mobilizará jamais, com o poder e a força requeridos, na defesa de interesses que mal escondem sua natureza conservadora, senão reacionária, debaixo da capa de uma fantasiosa "burguesia nacional". Se existe de fato essa burguesia nacional progressista e antiimperialista, a sua presença não poderia ser posta em dúvida, e a própria discussão que se trava em torno dela já é suficiente para gerar a seu respeito as mais fundadas dúvidas. Em todo caso, os pseudo-interesses de natureza revolucionária que a ela se atribuem, somente se poderiam legitimamente caracterizar e justificar, através da análise de conjunto da estrutura e problemática econômica, social e política da dominação imperialista. E isto não se faz na teoria clássica da revolução, ou se fez até agora de maneira tão insuficiente que merece do próprio AT o reconhecimento da "pobreza das análises marxistas sobre a dominação imperialista no Brasil, que determinaram uma visão simplista e ingênua do imperialismo" (pág. 74). Se assim é, como é de fato, onde se estribam AT e seus seguidores nessa matéria ao afirmarem com tanta segurança o papel revolucionário de uma categoria social como esta pseudo-burguesia nacional cujo conceito não se acha lastreado em análise (que está ainda por fazer, na confissão do próprio AT) da realidade econômica, social e política do imperialismo?

Vejamos as razões e argumentos de AT que se concentram sobretudo nas págs. 63 e 66 de seu artigo. Enumera ele aí vários fatos em que se manifestam tomadas de posição e ações políticas de caráter antiimperialista. E sem mais, conclui que esses fatos comprovam a presença e participação política de uma burguesia nacional. Parece que AT não se apercebe estar no caso incorrendo naquilo que os lógicos denominaram "petição de princípio". Efetivamente AT propõe em sua tese que existe uma burguesia nacional promotora da luta antiimperialista. Enumera em segui-

da as manifestações desta luta; e conclui triunfante: eis aí a prova da verdade de minha tese, a realidade da burguesia nacional! Ficou de fora uma premissa, a principal, de que AT se esquece completamente, e que seria: "os fatos em que se manifesta o antiimperialismo são promovidos pela burguesia nacional".

É verdade que numa passagem AT reforça suas razões e procura fugir do círculo vicioso em que se meteu, argumentando por exclusão (pág. 66). Seu argumento, em suma, é o seguinte: "como os votos parlamentares contrários aos projetos de lei de tendência antiimperialista do governo não representam os interesses do proletariado, da pequena burguesia urbana e dos lavradores, emanam forçosamente da burguesia nacional". Mas, pergunto, e perguntarão por certo os leitores, quem diz que esta premissa é verdadeira, isto é, que os fatos de caráter antiimperialista refletem sempre o interesse ou do proletariado, ou da pequena burguesia urbana, ou dos lavradores, ou da burguesia nacional? Ignoro-o. Mas sei quem afirma o contrário: nada menos que Marx e Engels, que sempre se revoltaram contra a interpretação restrita e falseada de seu pensamento, consistente no que se denominaria o "determinismo econômico". Esta mesma interpretação com que os caluniadores, e na verdade ignorantes do marxismo continuariam até hoje a deformar, procurando ridicularizá-lo, o pensamento dos elaboradores da teoria geral do materialismo dialético. Teoria essa que nada tem a ver com a mecânica interligação, numa relação de causa para efeito, entre interesses econômicos imediatos e ação política, ou outra qualquer, que AT implicitamente postula em seu argumento.

Em outras referências relativas ao mesmo assunto, AT utiliza mais um tipo de argumento, aliás muito hábil e de emprego corriqueiro nos debates forenses, e que consiste em jogar o ônus da prova, que em princípio lhe cabe, nos ombros do contendor. No caso que estamos considerando, "aos que negam com firmeza a existência de um setor nacional dentro da burguesia brasileira" (pág. 66). E propõe uma série de perguntas que comportam, qualquer delas, diferentes e muito variáveis respostas que põem em jogo um grande número de circunstâncias de ordem econômica, social, política e mesmo motivações de ordem psicológica. Inclusive, e faço a concessão a título de simples conjectura, a de uma eventual interferência hipotética de interesses nacional-burgueses não menos hipotéticos. Mas, pergunto, por que somos obrigados, como quer AT, "a aceitar esta última conjectura? Por que — como quer AT — atribuir a linha coerente, ao longo dos

anos de líderes do PTB como Goulart, Brizola, Sérgio Magalhães etc.,... a uma posição marcada contra a ação imperialista no Brasil... da parte de uma camada importante da burguesia brasileira"; ou explicar "a conduta de alguns órgãos da imprensa como o *Correio da Manhã*, a *Última Hora*, além de outros... como uma manifestação da luta travada pela burguesia nacional?". AT não explica, nem muito menos justifica sua preferência pela hipótese da "burguesia nacional". E não vejo motivo para aceitar seu repto da prova em contrário. É a ele que cabia provar a influência ou pressão de sua conjecturada "burguesia nacional". E isto ele não faz.

Desculpem-me os leitores este fastidioso exercício de Lógica aplicada, que trago à baila unicamente para mostrar o grande risco que encerra, no terreno da pesquisa científica, o método dedutivo e o apriorismo a partir das teorias preconcebidas. É nisto que AT incorre freqüentemente. E constitui mesmo a forma geral com que estrutura boa parte de sua argumentação. A contestação que traz a A REVOLUÇÃO BRASILEIRA não procura senão excepcionalmente fundamentar-se na análise concreta da realidade econômica e social do nosso país. Assume a forma de um arrazoado que se apóia explícita ou implicitamente em premissas ditadas pela própria teoria que se encontra em debate. Fui assim, na presente resposta, levado a esmiuçar a estrutura de sua argumentação a fim de não somente prevenir contra ela os estudiosos de nossos fatos sociais, mas também para evidenciar a fraqueza das bases lógicas em que AT se apóia. Fraqueza esta que não se deve por certo a insuficiências do autor, mas a injunções de ordem doutrinária pelas quais foi levado. O que é sinal evidente que lhe faltam argumentos mais consistentes para fundamentar sua tese nacional-burguesa. Como seria, por exemplo, uma análise precisa da estrutura econômica e financeira do Brasil, particularmente no que respeita as nossas relações com o imperialismo, bem como as implicações de ordem social e política de uma tal organização. Numa análise destas logo se evidenciaria, se fosse real, a presença de um setor burguês que pela natureza específica de suas atividades, de seus negócios, finalidades e aspirações, se encontra em contradição, dentro da ordem vigente, e por força dela, com a ação do imperialismo. Situação esta, portanto, superável unicamente por uma transformação daquela ordem, o que significaria a revolução antiimperialista e a libertação nacional. AT não procede a essa análise, e se limita, às págs. 59 e 60, a descrever *como seria e como agiria* a sua burguesia

nacional, caso existisse e se cumprisse a teoria ortodoxa que esposa. Reveja o leitor, com atenção, o texto citado. E verificará que não há nele referência alguma a fatos empíricos, e sim unicamente à maneira como AT enxerga tais fatos. AT julga estar tratando de uma realidade. Mas apenas descreve o que se encontra em seu pensamento. Assim sendo, e até nova ordem, continuarei, como certamente continuarão todos aqueles que se dão ao trabalho de analisar objetivamente, e não apenas subjetivamente a realidade brasileira, a desconsiderar a nossa hipotética "burguesia nacional".

Mas por que, perguntará o leitor, como pergunta AT em seu artigo, esta concepção teórica da burguesia nacional "pode ser responsabilizada pelo que de errado houver na conduta das correntes progressistas?" (pág. 66). A resposta a isto, se justificada, viria confirmar, em mais este caso, a procedência da tese central de A REVOLUÇÃO BRASILEIRA, que vem a ser: as graves conseqüências de ordem política, no que se refere à ação das forças de esquerda e progressistas brasileiras, resultantes de uma falseada teoria revolucionária. Esse ponto é tanto mais importante de ser aqui abordado, que nele terei oportunidade de retificar, assim penso, mais uma injustiça de AT a meu respeito, e que vem a ser a acusação que me faz na pág. 54 de seu artigo, que "o autor de A REVOLUÇÃO BRASILEIRA deliberadamente decidiu desconhecer o que houve, assim como desconhece a situação presente que exige uma posição política qualitativamente diversa".

Mais uma vez, repito: se AT tivesse considerado o sentido geral e de conjunto do livro, e não se apegasse unicamente pontos tópicos dele, como faz, teria verificado que A REVOLUÇÃO BRASILEIRA, o que precisamente procura, certa ou erradamente (e é isto que AT deveria indagar e não indaga), é buscar para as esquerdas uma posição "qualitativamente diferente" que lhes abra novas perspectivas, e que as livre do oportunismo e seguidismo que vem há muito e em boa parte esterilizando e inutilizando seus esforços — como entre outros aqueles que ofereceram pretexto e deram oportunidade ao golpe contra-revolucionário de 1.º de abril. O principal responsável por aquela ineficiência das esquerdas (e é o que se afirma e se procurou sustentar em A REVOLUÇÃO BRASILEIRA) foi uma base teórica errônea. E *porque* errônea, suscetível de levar ao oportunismo. Sendo que o principal erro teórico responsável por esse oportunismo, foi precisamente a malfadada concepção da "burguesia nacional".

Por efeito dela (para os bem intencionados), e também graças a ela (para os demais), a ação política das esquerdas se dirigiu quase exclusivamente para a defesa de interesses supostamente de uma burguesia nacional e progressista, mas na realidade de facções políticas sem outro objetivo que se empolcirem ou conservarem nas posições de mando, e aí usufruírem as benesses do poder público; bem como de negociastas e toda uma fauna numerosa de aspirantes a favores maiores ou menores proporcionados direta ou indiretamente pelo mesmo poder público. E assim a ação das esquerdas, longe de contribuir para o processo revolucionário, desviou-se para rumos inteiramente estranhos à revolução.

Somente um cego, um neófito ou um mal intencionado poderá hoje ter dúvidas sobre o fato que no período que precedeu o golpe de abril, as esquerdas se foram progressivamente e cada vez mais próxima e abertamente, atrelando como caudatárias às manobras políticas de facções que nada tinham em comum, afora o disfarce demagógico, com tudo aquilo que constitui os objetivos, os ideais e os sentimentos realmente revolucionários. Não vou agora fazer o histórico daquela triste fase de nosso passado recente. Muito mais interessante e útil no momento são as consequências daquele prolongado oportunismo que deixou as esquerdas, depois do golpe, sem base popular orgânica (que na euforia de fáceis mas só momentâneas e aparentes vitórias, fora inteiramente descurada), sem objetivos claros e idéias definidas capazes de mobilizarem a opinião popular; sem perspectivas progressistas concretas — a não ser de um simples e irrealizável retorno a um passado inteiramente superado. E por isso tudo, praticamente sem ação e limitadas a fazerem coro com puros revanchistas e homens de negócio que com o seu característico e aliás necessário imediatismo profissional que a vida dos negócios prescreve, gemem e se desesperam contra medidas financeiras que os oneram mas para as quais não encontram alternativas por eles mesmos aceitáveis. Prova disso são as críticas que fazem a estas medidas que ou repetem em outras palavras a mesma coisa que os financistas oficiais (haja vista a já famosa e tão alardeada crítica daquele mesmo Prof. Dias Leite que AT cita com louvores, mas cujo “estudo de técnico acreditado” não analisa), ou então, em última instância, pleiteiam manhosamente a retomada dos jorros emissores e das facilidades descontroladas de crédito.

O que realmente havia a fazer, na posição das esquerdas, era desmascarar o artificialismo de um “desenvolvimento” espe-

culativo e sem bases sólidas, que vivera à custa da simples substituição desordenada de importações que nas condições do Brasil se podiam considerar, na maior parte, de luxo, pela produção “nacional” mais cara e de inferior qualidade. (As aspás são para ressaltar a grossa fatia que coube naquele processo aos trustes imperialistas operando no Brasil.) Processo que esgotara suas possibilidades com a saturação do reduzido mercado brasileiro, e se estancara, em consequência, por entre graves reajustes econômicos e sociais que, disfarçados momentaneamente pelos efeitos entorpecentes da inflação, explodiam afinal numa crise de estrutura que punha a nu os vícios congênitos da economia brasileira: as limitações de um mercado restrito a ínfimas minorias efetivamente consumidoras, é incapaz por isto mesmo de lastrear uma grande indústria e atividade produtiva modernas, que têm sua base necessária no consumo de massa. Não era, como não é possível construir uma economia de padrões modernos e aparelhada para produzir manufaturas requintadas e de alto padrão tecnológico (automóveis, aparelhos eletrodomésticos, materiais de construção refinados etc.) para uma população que na sua maioria não tem condições, nem pode tê-las no atual sistema econômico-social vigente, para resolver os seus mais elementares problemas de alimentação, saúde, habitação, educação.

Mas pensar em atacar direta e vigorosamente esses problemas e outros semelhantes, não podia ser de nenhuma burguesia, por mais que a enfeitassem de “nacional” e “progressista”, porque isso importava em medidas drásticas que interfeririam necessária e diretamente nos seus negócios e na sacrossanta e livre iniciativa privada que precisavam daqueles negócios. E a esquerda, do seu lado, se viu impossibilitada de propor e promover uma política dessas, que afinal deveria constituir sua própria razão de ser, porque, de uma parte, não se preparara ideologicamente para a tarefa, como ainda não está preparada. De outra parte, e talvez mais ainda, porque se sente solidária com os interesses de seus aliados da burguesia “nacional” e “progressista”. E essa burguesia não se dispõe naturalmente, como AT refere na pág. 79 de seu artigo, a “fazer alianças com trabalhadores em torno de um Programa que tenha como questão central o atendimento de reivindicações trabalhistas”. E essa aliança, prossegue AT, “é necessária para combater a ditadura e o imperialismo”.

Assim, com uma lógica férrea e implacável, as teses de AT vão da “burguesia nacional e progressista”, para o abandono, ou pelo menos subestimação, daquilo que para as esquerdas repre-

senta, ou deveria representar, o essencial de sua luta ideológica e prática.

Deixa-se contudo de lado, naquela rigorosa inferência lógica, apenas alguns pequenos pormenores, como o fato de que sem a premissa e base de um programa de reformas econômicas e sociais nos moldes acima roçados de leve, não é possível nem ao menos propor, em termos concretos e de efetiva ressonância popular, a luta em profundidade contra a ditadura e o imperialismo. Fica-se, como está ocorrendo, na denúncia, às vezes veemente, mas não menos platônica, de fatos tópicos que evidenciam a penetração imperialista; fica-se em declamações antiimperialistas e queixumes de vítimas do imperialismo e da ditadura que o protege. Mas não se penetra no mecanismo íntimo da dominação imperialista em nossa terra, dominação essa que não representa unicamente nem mesmo principalmente um ato de vontade da atual situação política (ou de outra qualquer do passado), mas se prende a circunstâncias profundas da economia brasileira que somente se poderão remover (e é nisso que essencial e fundamentalmente deve consistir a luta antiimperialista) com reformas também profundas de nossa estrutura econômica.

Em suma, a noção de burguesia nacional não constitui unicamente fruto de uma falseada e apriorística visão da realidade brasileira. Ela representa um papel de grande relevo na política oportunista e de largas concessões a interesses estranhos à revolução, em que se envolveram importantes setores da esquerda que com isso se afastaram de sua rota natural e prejudicaram a marcha do processo revolucionário.

Note-se que não estou com isso propondo o isolamento, na luta revolucionária, do proletariado e dos trabalhadores em geral. Embora essas classes constituam o fator essencial da revolução, esta não se fará sem o apoio, naturalmente variável segundo suas etapas e momentos, de uma ampla frente de outras forças. Tocamos aqui numa questão essencial da política revolucionária: a política de alianças.

Nesse assunto, AT é bastante confuso, embora ele ache o mesmo de mim. Na pág. 70 afirma que é muito difícil lutar contra o imperialismo e a reação interna sem o concurso de uma burguesia nacional e progressista. E na pág. 79 escreve: "uma ampla unidade de forças e camadas sociais só poderá erguer-se na base da luta por objetivos antiimperialistas". Não se fica sabendo, depois da leitura desses dois textos, se a aliança é necessá-

ria para a luta contra o imperialismo e a reação (como AT afirma na primeira passagem citada), ou se inversamente, é a aliança que somente é possível na base da mesma luta. Numa das afirmações de AT, a aliança vem antes, e dela depende o sucesso do antiimperialismo. Na outra, é a luta contra o imperialismo, e somente ela, que unirá as forças revolucionárias.

Mas além de confusa, a posição de AT na questão da política de alianças se funda numa concepção extremamente esquemática das classes e forças sociais eventualmente participantes do processo revolucionário. Nisso ele segue as pegadas da teoria ortodoxa da revolução, pelo menos na forma com que chegou até nós, e que simplifica até ao esquematismo mais absurdo a estrutura social brasileira e de outros países do nosso tipo. Segundo essa teoria, as classes e categorias sociais da nossa sociedade se reduziram ao seguinte: *latifundiários e burguesia compradora*, ambas ligadas ao imperialismo e contrárias à revolução. Doutro lado, *proletariado e trabalhadores em geral, camponeses, pequena burguesia urbana e burguesia nacional*, que seriam as forças revolucionárias.

É na base de um esquema desses que AT formula a sua política de alianças, e critica minhas considerações a respeito do assunto e que considera "difíceis de serem entendidas". Muito mais difícil é compreender como um teórico e político revolucionário experimentado como AT (o que o seu artigo fartamente revela) possa pretender enquadrar no pobre e descarnado esquema de sua descrição da sociedade brasileira, a imensa complexidade com que nelá se apresentam (como aliás em qualquer outra) os interesses, sentimentos e aspirações dos indivíduos, categorias, setores, classes e outros agrupamentos que em conjunto formam aquela sociedade. É certo que se pode e se deve destacar algumas linhas muito gerais de natureza classista para servirem de roteiro na análise e caracterização das forças políticas atuantes no país. Mas quando se trata de levar esse roteiro para o terreno da ação política, e computar e avaliar a distribuição de forças naquela ação, é preciso introduzir no mesmo roteiro toda uma gama de qualificações que somente a conjuntura de cada momento e situação pode satisfatoriamente indicar. Não é admissível, como procede AT, fundar-se unicamente numa rígida e esquemática classificação de interesses econômicos, cada qual atribuído a uma determinada classe ou categoria social, e daí deduzir aprioristicamente o comportamento que terão essas diferentes classes e categorias. Isso é ignorar por inteiro a complexidade das motiva-

ções políticas, onde a par dos interesses propriamente econômicos participam também outros e muitos impulsos, influências, valores com raízes em crenças, convicções, ideologias, e que sei mais, carregadas pela educação e tradição recebidas, ou induzidas pelas vicissitudes da experiência sofrida. Mesmo aquilo que ordinariamente se entende por interesses econômicos não é nada fácil de caracterizar em termos gerais, porque há sempre diferentes maneiras de interpretar e ponderar esses interesses, bem como fazer um juízo sobre os meios mais adequados para os realizar.

Há mais ainda, porque no complexo entrelaçamento, aliás muito variável tanto no tempo como no espaço, com que os interesses de qualquer natureza se apresentam na trama da vida social, torna-se extremamente arriscado um julgamento *a priori*, deduzido de qualquer sistema de correspondência entre situações sociais e juízos valorativos acerca do papel que eventualmente tais interesses representarão, em conjuntura determinada, na fixação do comportamento político de uma coletividade.

Assim sendo, os acanhados quadros em que AT pensa encerrar aquele comportamento e arquitetar as eventuais e possíveis alianças promotoras da revolução no Brasil são inteiramente inadequados. Como, por exemplo, incluir neles a participação relevante que tiveram importantes setores militares na campanha do petróleo, — o que aliás AT expressamente reconhece? E como interpretá-lo, na base de seu descarnado esquema classista, a intensa movimentação dos católicos de esquerda (e na sua qualidade de católicos, note-se bem) na luta por alguns dos principais objetivos da revolução?

Não é possível traçar aqui todo o quadro da problemática política brasileira da atualidade. Mas para abrir um pouco as perspectivas de AT nesta matéria de alianças políticas, quero chamar a sua atenção para alguns fatos tomados no mais vivo da realidade brasileira recente e atual, e que assinalam alianças políticas à primeira vista, e de acordo com seu esquema, de antemão impensáveis. E escolherei, entre outros muitos semelhantes, precisamente aqueles que ilustram melhor uma tese inteiramente oposta à afirmação expressa de AT de que é impossível a aliança de burgueses e trabalhadores em torno de reivindicações destes últimos.

O primeiro desses fatos se relaciona com a campanha pelo 13.º salário, isto é, a obrigatoriedade da gratificação do Natal. Ninguém que acompanhou essa campanha ignora que entre seus

promotores cuja pressão política foi quase, pode-se dizer, decisiva, figurou o alto comércio (houve pronunciamentos na época inclusive de alguns dos mais destacados dirigentes da Associação Comercial de São Paulo), burgueses portanto, e mesmo grandíssimos burgueses, para cujos negócios o reforço de poder aquisitivo da gratificação natalícia representou uma apreciável contribuição em período decisivo de suas vendas anuais.

Outro exemplo e da maior atualidade, mas apesar disso completamente ignorado, ao que parece, pelas esquerdas, mais preocupadas com certeza com os interesses de sua burguesia nacional. Trata-se dos grandes atrasos que se estão verificando no pagamento dos salários na generalidade das zonas açucareiras do país, e particularmente em São Paulo, onde os atrasos de 5 meses já se estão tornando comuns; e no Nordeste onde os jornais noticiam atrasos de nada menos de 8 meses!

Ora bem, tais atrasos afetam não apenas os trabalhadores e suas famílias, mas também o comércio dos centros urbanos situados nas zonas açucareiras e cujos negócios se constituem em boa parte de fornecimentos aos trabalhadores, que, faltos de numerário, não somente reduzem suas compras, mas deixam de saldar suas contas de armazém. Em muitos desses centros, na dependência mais direta e exclusiva da clientela dos trabalhadores da cana, tem-se chegado a situações de verdadeira calamidade pública, porque direta ou indiretamente a insolvabilidade dos trabalhadores se vai refletir em todas as camadas locais que se tornam assim solidárias com os interesses daqueles trabalhadores e suas reivindicações. E isso se passa em algumas das regiões mais importantes do país.

Não estão aí maduras, pergunto a AT, as condições necessárias e suficientes para uma aliança, de grande projeção política, entre trabalhadores e burgueses, em torno de reivindicações trabalhistas? Ou julga AT que somente pode ter expressão significativa no cenário político brasileiro o que se passa na Avenida Rio Branco e suas adjacências?

Mas não são somente situações como essas referidas, e que AT considerará por certo excepcionais (embora tais "exceções" constituam em grande parte a trama social íntima e mais significativa de nossa vida político-social), não são somente elas que abrem perspectivas para amplas frentes políticas impulsionadoras do processo revolucionário brasileiro, sem que para isso sejam necessárias alianças espúrias na base de concessões que defor-

mam inteiramente os grandes objetivos daquele processo. Mas para penetrar a fundo nessa questão e apreciá-la na sua integridade, e podermos marchar de olhos abertos e passos seguros, sem a limitação de expedientes e improvisações de última hora, é preciso ir mais além que a simples esquematização de situações momentâneas e conjunturais. Devemos considerar a totalidade e conjunto da problemática histórica brasileira na presente fase dela, que estamos vivendo; e aí situar a nossa política de alianças, como aliás tudo mais que diz respeito à revolução.

Encontramo-nos em fase de nossa história na qual se fazem profundamente e cada vez mais sentir as contradições entre uma nação e nacionalidade que procura se libertar de seu passado, e esse passado que lhe pesa ainda consideravelmente nos ombros. Por mais que um atroador neo-ufanismo, misto de publicidades comerciais e de ingenuidade desprevenida e mal informada a respeito da realidade deste mundo em que vivemos, procure nos impingir idéias de que somos um país em desenvolvimento e prestes a alcançar os altos níveis do progresso e da civilização contemporâneas, o fato é que infelizmente estamos bem longe disso. Não somos apenas "subdesenvolvidos". Não é só quantitativamente que nos distinguimos dos países e povos que marcham na vanguarda do mundo de nossos dias. A diferença é também, e sobretudo, "qualitativa". E tanto isso é verdade, que relativamente e em termos comparativos não estamos avançando, mas antes, recuando, e recuando, a meu ver, precipitadamente. Há cinqüenta anos ainda poderíamos figurar sob muitos aspectos, muito modestamente embora, no concerto das nações civilizadas, isto é, vivendo no nível da cultura material e espiritual então alcançado. Hoje é difícil afirmá-lo. Já não nos enquadrámos neste mundo moderno da energia nuclear, da cibernética; da automação e libertação progressiva do homem de todo esforço físico e mesmo de boa parte do mental; do domínio decisivo da razão e inteligência humanas sobre as forças brutas e espontâneas da natureza. A evolução da humanidade está em vias de dar um salto qualitativo em sua história, e nós ainda mal nos apercebemos disso. Que será acompanhá-lo? Temos uma fachada, não há dúvida, que apresenta certo brilhantismo. Mas é uma tênue fachada apenas, que disfarça muito mal, para quem procura verdadeiramente enxergar e não tenta iludir-se, o que vai por detrás dela neste imenso país de desnutridos, doentes e analfabetos onde se dispersam ilhados alguns mediocres arremedos da civilização do nosso tempo. Não serão por certo estas nossas pobres imitações

da indústria moderna, estas comunicações que somente pelo nome se identificam com suas congêneres da atualidade — estradas de ferro e de rodagem, correios, telégrafos e telefones que não funcionam; estas nossas "metrópoles" de cimento, ferro e asfalto que são inundadas e se desmancham com as chuvas de todos os anos; e no terreno da cultura, estes espectros que são as Universidades e o nosso pobre aparelhamento de ensino e de pesquisa científica em geral, não é isto certamente que nos concederá foros de país no nível dos grandes centros modernos ou deles se aproximando.

Para nos considerarmos da mesma ordem de grandeza, e tão-somente "mais atrasados e menos desenvolvidos", mas não qualitativamente diferentes, precisaríamos de muito mais, e essencialmente de uma sólida base sobre que assentar a nossa nacionalidade, e que vem a ser uma população liberta da miséria física e cultural, e capacitada, no seu conjunto, para usufruir alguma coisa do conforto, bem-estar e elevação do espírito que a ciência moderna proporciona.

Ora a compreensão disso tudo começa a abrir caminho na consciência de um número crescente de brasileiros. Particularmente das novas gerações que vêm vindo e que não se acham intoxicadas pelo neo-ufanismo desenvolvimentista que, neste último quarto de século de especulação inflacionária e publicidade comercial, se apoderou do Brasil, comprometendo tão gravemente a verdadeira compreensão do país — e proporcionando tão bons negócios a reduzidos grupos econômicos e financeiros nacionais e sobretudo internacionais. E assim, progressivamente, novos e novos setores vão sendo sensibilizados para a consideração da verdadeira situação brasileira, tanto em si, como sobretudo em contraste com o mundo que nos rodeia. E seja por motivação econômica (sobre a pobreza coletiva não se constrói no mundo de hoje a riqueza e o bem-estar privados, e sobretudo a segurança no futuro); seja pela dignidade nacional ferida no degradante espetáculo que o nosso país oferece em sua maior parte; seja por simples espírito humanitário e de solidariedade humana; seja mesmo por um bem fundado temor das negras nuvens que se acumulam no horizonte, mercê do abismo que cada vez mais profundamente separa as classes e as populações no país; seja por este ou aquele motivo, o inconformismo com o atual estado de coisas se irá alastrando, como de fato ocorre e somente o pior dos cegos, aquele que deliberadamente não quer ver, poderá pôr em dúvida.

Aí estão as premissas daquela polarização de forças políticas a que me referi em *A REVOLUÇÃO BRASILEIRA*, e na qual se defrontarão por cima da barricada decisiva da luta política brasileira, de um lado, centralmente e essencialmente, as forças de esquerda representativas dos verdadeiros e fundamentais interesses e aspirações da grande massa da população brasileira, cuja miséria física e moral, e, quando muito, triste mediocridade em face dos padrões modernos, fazem do Brasil um caudatário remoto da civilização contemporânea. E do outro lado da mesma barricada, estarão aqueles que julgam impossível ou indesejável um mundo onde as necessidades e aspirações humanas não expressem senão eventual mercado consumidor e horizonte para vendas. Um mundo portanto sem pretexto e oportunidades para o exercício da livre iniciativa privada na realização de negócios.

Não me é dado, e acredito que tampouco a, mais ninguém, prever em seus pormenores as vicissitudes através de que se desenvolverá aquele processo de polarização de forças, com o atamento das alianças que ele implica e que levarão à precipitação da revolução brasileira e às transformações profundas de nossas instituições econômicas, políticas e sociais que nela se abrigam. Mas o certo, e como linha geral de desenvolvimento do processo, o que se pode prever é que na medida em que o atual sistema econômico vigente — centralizado na generalizada propriedade privada dos meios de produção e na livre iniciativa particular; em outras palavras, estruturada essencialmente por relações de negócio — se mostrar como de fato se está mostrando incapaz de promover, em ritmo compatível com as exigências presentes, o desenvolvimento material e cultural do nosso país, a fim de libertá-lo afinal da pobreza e mediocridade que tão fundamente atinge a grande maioria da população, nessa medida as forças políticas menos comprometidas com aquele sistema se irão dele progressivamente apartando e congregando do outro lado da barricada.

Esse é um processo irreversível, cujo andamento já se começa a observar muito bem. E ele se precipitará tanto mais cedo quanto as forças de esquerda melhor o compreenderem e souberem pôr em evidência, através de sua pregação teórica e ação prática, as contradições profundas do sistema vigente e a sua incapacidade congênita de fazer frente à problemática econômica e social desta fase histórica que estamos vivendo.

E com essa visão ampla e de profunda inspiração na realidade brasileira tal como ela efetivamente se apresenta — e não como aparece nos mesquinhos e deformadores esquemas e mode-

los exóticos com que se tem pretendido enxergá-la e a interpretar — é assim que se traçará a política de aliança da esquerda. Alianças estas que afluirão natural e espontaneamente sem necessidade de nenhum acordo ou conchavo oficialmente formalizado, se as esquerdas souberem, em cada momento e situação, propor as questões nevrálgicas pendentes e em jogo, com oportunidade, sem sectarismo e precipitação pseudo-revolucionária e aventureira, mas igualmente sem oportunismo; e de maneira a fazer sentir, na prática, a inviabilidade de qualquer solução satisfatória e cabal dentro dos quadros e com os instrumentos do atual sistema vigente.

Como já notei de início, não é possível responder aqui, uma a uma, a todas as arguições que AT apresenta em contradição a *A REVOLUÇÃO BRASILEIRA*. Para isto seria necessário, dada a maneira dispersa com que ele aborda sua crítica, escrever aqui um outro livro, que aliás em grande parte repetiria quase literalmente o que já se encontra naquele livro, e a que AT não atendeu. O repto por exemplo que me lança para uma definição clara sobre as forças decisivas e dirigentes da revolução, e que a seu ver eu teria ladeado, não tem razão de ser, porque a resposta aí se encontra, no Cap. VI, O Problema Político da Revolução de *A REVOLUÇÃO BRASILEIRA*, onde aquele papel decisivo e dirigente é expressamente atribuído ao proletariado urbano em união com os trabalhadores rurais. E não somente faço esta atribuição, mas procuro analisá-la, bem ou mal, em função das condições específicas do Brasil. E não me limito (muito mais para indicar um método de análise, que para apontar qualquer novidade), a exemplo do que se vê tão freqüentemente por aí na teoria oficial e consagrada do assunto, a repetir mecanicamente, como em tantas outras instâncias e questões, os textos clássicos do marxismo, transformados em fórmulas mágicas aplicáveis indiscriminadamente em qualquer lugar e tempo.

Outro exemplo da desatenção de AT para o que se encontra expresso em *A REVOLUÇÃO BRASILEIRA* é a sua crítica ao fato de o livro, a seu ver, "não dar a devida importância à questão da luta pela democracia no Brasil" (pág. 79). O curioso neste caso é que AT, logo na página anterior de seu artigo, transcreve um longo texto do livro criticado, em que, com todas as letras, é expressamente declarado que o "essencial" da política no momento atual é a luta pela "extensão e aprofundamento das franquias e dos direitos democráticos"! Não compreendo, realmente não compreendo...

Quero ainda lembrar mais uma flagrante injustiça de AT, e que preciso de pronto retificar porque em pouco mais de uma simples frase ele deforma inteiramente todo o conteúdo e pensamento geral de A REVOLUÇÃO BRASILEIRA. É quando afirma que equaciona a problemática revolucionária brasileira fora do seu contexto mundial. Ora, uma das preocupações máximas ao longo de todo o meu trabalho, em seguimento aliás a muitos outros anteriores que já datam de não poucos anos, foi sempre de situar a economia brasileira e o conjunto de nossa história, e portanto a problemática que aí se propõe, no quadro internacional, sem o que nada se pode compreender do país. Ao leitor mais minucioso e mais interessado na questão, recomendo em especial o que se encontra nos Capítulos III e VII. Mas se essas passagens, bem como tantas outras semelhantes podem levar à tão errada interpretação de AT a respeito de minhas idéias, terei de seriamente pensar em nunca mais tomar da pena, ou, antes, sentar-me diante de um teclado de máquina de escrever, pois seria a evidência de que não me foi dado o dom de corretamente exprimir o meu pensamento. Prefiro contudo por enquanto, e até que venha a comprovação final e definitiva de minha congênita incapacidade de escritor, atribuir a maneira falseada com que AT interpreta o sentido do que escrevo, ao fato de eu não empregar o linguajar ritual que encontramos tão amiúde nos textos de alguns dos nossos marxistas, que acreditam, ao que parece, no poder mágico das palavras, e na necessidade de respeitar religiosamente as formas lingüísticas consagradas sob pena de falsear aquilo que se pretende com elas dizer. E desencadeando com isso os maus espíritos da contra-revolução.

Antes de terminar, e com desculpas ao leitor pelo excessivo desta minha defesa de A REVOLUÇÃO BRASILEIRA a que AT me obrigou, aproveito a oportunidade para me referir à questão do "capitalismo burocrático" a que AT dedica um longo item de sua contestação, e que, a meu ver, tem grande relevo na interpretação adequada da realidade política brasileira. Não se trata, como afirma AT, de tese "absolutamente original", pois a presença de um tal capitalismo e seu considerável papel político em países dependentes e de economia capitalista rudimentar — países "atrasados" ou subdesenvolvidos da Ásia, África e América Latina — têm sido assinalados pela generalidade dos escritores marxistas e mesmo não-marxistas mais recentes que se ocupam do assunto. É certo, como escreve AT, que o favoritismo oficial nos negócios privados e a corrupção se encontram, em maior ou

menor proporção, em qualquer país, inclusive sob "formas impressionantes em países capitalistas adiantados", coisa aliás que reconheci expressamente em meu trabalho, e ninguém pode deixar de reconhecer. Mas aí acrescentei — e desse pormenor essencial AT se esquece — que nos países de nossa categoria, por força especial de seu baixo nível econômico, a acumulação capitalista, essa mola mestra da vida econômica e social, e também, portanto, da vida política em regime capitalista, encontra uma de suas principais, senão a principal e mais poderosa fonte e origem, em atividades ligadas diretamente às funções da administração pública. O que me parece não ser necessário justificar aqui. Daí o importante papel que, ao contrário do que ocorre em países altamente desenvolvidos, aquelas atividades têm na economia em geral de tais países economicamente pobres. Donde deriva, como não podia deixar de ser, um destacado papel político dos setores burgueses que realizam a sua acumulação capitalista — o traço distintivo essencial da burguesia, que faz dela a "burguesia" que é, vem a ser o seu papel de "acumuladora" de capital — em ligação direta com as funções estatais e na base de negócios proporcionados mais ou menos licitamente pelo poder público.

É verdade que esse papel político do capitalismo burocrático (empreguei essa expressão, na falta de outra melhor, por ser a consagrada na terminologia internacional da ciência política marxista de nossos dias) não mereceu ainda entre nós um devido estudo sistematizado no nível da pesquisa científica. Mas o reconhecimento dele se encontra na consciência generalizada do nosso povo. O enriquecimento privado (tradução vulgar do termo técnico da Economia: "acumulação capitalista") à custa e por conta das finanças públicas ou seus rebentos autárquicos e outros, a importância e destaque que isso tem na vida e nas relações financeiras e mesmo sociais de nosso país, a projeção desse processo de enriquecimento na política brasileira (o que naturalmente é uma das principais condições de sua existência no alto nível que atinge entre nós), tudo isso é fartamente conhecido e reconhecido por qualquer um de nós brasileiros com um mínimo de informação a respeito da política e da administração pública em nosso país. E não haverá talvez uma única pessoa neste país com um mínimo de vivência, em certo nível, das nossas coisas sociais e políticas, que não lembre algum ou mesmo muitos casos dessa natureza. Isso é, de indivíduos enriquecidos e se enriquecendo, muitas vezes em proporções consideráveis, à custa das finanças públicas, ou graças à maneira como é conduzida a administração

pública. E interferindo na política, seja direta, seja indiretamente, para promover e resguardar aquele enriquecimento, ou principalmente para esse fim.

Isso é fartamente conhecido. E dado o vulto relativo que representa no Brasil essa interferência e participação de interesses puramente privados em atividades públicas, e no jogo político que torna possível e proporciona aquela participação e interferência, resulta que elas afetam muitas vezes de maneira substancial e mesmo decisiva tanto a marcha dos acontecimentos políticos, quanto o modo como são orientados e conduzidos os negócios públicos, inclusive os de maior importância e projeção.

Sem pretender um tratamento geral e muito menos sistemático do assunto, aqui impossível, limitar-me-ei a exemplificá-lo com alguns casos e situações mais notórios em que se apanha ao vivo aquela simbiose econômico-financeira das esferas pública e privada que tem a meu ver papel de primeiro plano na explicação e interpretação de importantes fatos da atividade política brasileira, e mesmo de nossa vida política em geral.

A todos que têm algum conhecimento das coisas brasileiras ocorrerá desde logo, na ordem de idéias em que nos encontramos, o papel político que desde sempre, e particularmente em época mais recente, tem a política de crédito dos institutos oficiais, e em especial do Banco do Brasil. Política de crédito essa cuja orientação pode ser decisiva, e freqüentemente assim foi, no sucesso financeiro de indivíduos ou grupos econômicos eventualmente por ela favorecidos, e que isso sempre figurou como um dos eixos importantes em torno de que giraram as manobras políticas destinadas a empolgá-la. Com reflexos de grande expressão, naturalmente, não somente no jogo da política geral brasileira, mas nas finanças e economia em conjunto do país, dado o relevante papel que nesse terreno sempre representou o nosso grande banco oficial, por onde circula uma parte considerável da riqueza do país.

A esse respeito, é altamente ilustrativo, entre outros, embora já date de algum tempo, a consulta ao inquérito realizado no Banco do Brasil em 1952, e que se publicou por iniciativa do então Deputado José Bonifácio Lafayette de Andrada, que na qualidade de acionista do Banco solicitou e obteve em uma de suas Assembléias Gerais a realização do inquérito. (1) Os nomes

(1) José Aparecido de Oliveira, INQUÉRITO NO BANCO DO BRASIL. (Texto integral da Comissão de Inquérito e histórico da divulgação). Documentário extraído do original do Deputado José Bonifácio Lafayette de Andrada, 1953.

envolvidos no escandaloso favoritismo do Banco, e os consideráveis recursos financeiros que vemos aí se escoarem para o enriquecimento de personalidades de relevo direta ou indiretamente ligadas à política, bem como o confronto desses dados com a vida política do momento, fazem patente a participação decisiva do nosso capitalismo burocrático na vida pública e econômica brasileira.

Vejamos outro caso. É conhecido o papel preponderante que sempre teve na política dos Estados brasileiros mais pobres (e com reflexos importantes na política federal) a maneira como se distribuem as verbas federais destinadas àqueles Estados. Esse caso é ou era particularmente sensível nos Estados nordestinos assolados pela seca, onde as polpudas verbas canalizadas para aquela região pelo DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra a Seca), e distribuídas pelos privilegiados senhores da situação local, constituíam um dos principais, senão o principal eixo em torno de que gravitava a política e marchavam os negócios públicos, bem como os privados, de importantes setores da economia regional, pois elas formavam um dos fatores decisivos de grande parte da acumulação capitalista naquela região. E representavam uma das palavras finais na distribuição de influências políticas. Solidarizam-se assim interesses privados e a administração pública, que muito menos se interessava pela solução dos problemas propostos pela ocorrência das secas, do que propiciar negócios e facilidades de enriquecimento privado (tecnicamente: acumulação capitalista) à custa do flagelo, e por conta ou a pretexto dele. Não é sem muita razão que o sistema político-econômico assim montado mereceu a designação tão expressiva de "indústria da seca". A voz popular, na sua sabedoria, punha o dedo, com essa designação, num fato político da maior importância que não é senão uma instância característica daquilo que entendi por "capitalismo burocrático". Isso é, as funções da administração pública desviadas de sua finalidade real e legítima, e transformadas, em boa parte, em puro negócio privado e fonte de acumulação de capital.

Esse caso que acabo de referir é mais de caráter local, embora se projete largamente também na esfera federal. Vejamos outro, de natureza essencialmente nacional, e de imenso relevo e repercussão na vida política, econômica e social brasileira de anos passados, mas ainda bem presentes na memória de todos. Refiro-me à famosa e de triste memória CACEX (Carteira do Comércio Exterior, do Banco do Brasil), à qual competia, antes da

instituição da licitação de cambiais, a distribuição dessas cambiais de acordo com certas prioridades que a administração estabelecia ou deveria estabelecer em função do interesse público e para o fim de limitar a venda de câmbio às disponibilidades existentes, assegurando com isso o equilíbrio da balança de contas. O sistema, instituído com os melhores propósitos, logo degenerou e se tornou fonte abundante e generosa de enriquecimento privado (algumas das grandes e importantes figuras da nossa burguesia têm aí sua origem), porque as cambiais adquiridas pelo câmbio oficial, eram em seguida transferidas aos importadores interessados com grande margem de lucro. E foi-se, aos poucos, perdendo de vista até mesmo a finalidade precípua do sistema, que era de limitar nossas despesas com divisas, passando ele a funcionar sobretudo para atender à clientela que se abeberava no negócio, e cujas ilimitadas ambições acabaram levando a CACEX a ceder cambiais em importâncias muito superiores às suas disponibilidades, e somente para atender aos interesses do negócio que se instalara no sistema. E assim, em vez de contribuir para o equilíbrio das contas externas do país, o sistema da CACEX se tornou um fator muito importante de desequilíbrio dessas contas. O que resultou na acumulação desmesurada dos chamados "atrasados comerciais", isto é, débitos por importações para os quais o Banco do Brasil não dispunha de cobertura cambial. O que obrigou afinal à abolição do sistema e sua substituição pela licitação (outubro de 1953). Observamos bem claramente nesse caso a transformação de função pública, essencialmente em negócio privado, fonte de importante acumulação de capital. Transformação essa que se processou através de forte pressão e largas manobras políticas que constituíram durante anos um dos eixos relevantes em torno de que girou a política brasileira.

Lembrarei mais um caso destes e que se vem prolongando de longa data até mesmo dias ainda muito próximos. Trata-se da política de defesa dos preços do café — sem sombra de dúvida um dos principais, senão o principal setor da política econômica e financeira do nosso país. Aquela política se realiza, em boa parte, não em função já não digo dos interesses gerais do país (nisto nem é bom pensar), nem dos coletivos de nenhuma classe ou categoria legitimamente envolvida na economia cafeeira (produtores, comissários, exportadores etc.); e sim se realiza em benefício de puros interesses privados de indivíduos ou grupos econômicos que não se acham no negócio senão com o fim de o aproveitarem mercê das posições vantajosas que o oficialismo da

política cafeeira lhes proporciona. Não têm nenhuma função normal (senão subsidiariamente) dentro propriamente do negócio cafeeiro, que apenas lhes dá de pretexto para exteriormente dele se valerem. Ou antes, se valerem da política oficial que o regula.

Essa situação é fartamente conhecida por todos aqueles que lidam com negócios de café, e por não ser possível entrar aqui em pormenores, limito-me a trazer o testemunho público e recentíssimo de um dos grandes conhecedores do assunto, que assim definiu a nossa política cafeeira: "... meio de enriquecimento individual, de especulações comerciais, de promoção de rendas extra-orçamentárias ou de transações menos lícitas;... massa de manobra para toda natureza de interesses, com exclusão daquele que deveria ter prevalecido e que é o interesse nacional onde se somam legitimamente os justos benefícios que esse produto (o café) pode permitir".⁽¹⁾

Escusado acrescentar que não é gracioso que uma parcela respeitável dos proventos proporcionados pela economia cafeeira se canaliza para os bolsos de indivíduos que não se encontram no negócio senão por força, ou pelo menos sobretudo por força de suas ligações com o oficialismo diretor da política do café. Para isso se faz necessário um ativo jogo político que embora se desenrole nos bastidores (como, compreensivelmente, se desenrolam todos os negócios e manobras do capitalismo burocrático), não deixa de exercer forte impacto sobre os acontecimentos do país.

Tudo isso não são mais que instâncias isoladas que servem apenas para ilustrar o assunto, esclarecer-lhe melhor o sentido e abrir perspectivas para uma análise mais rigorosa e sistematizada de uma questão que reputo do maior interesse na compreensão e interpretação de nossa realidade econômica, social e política. Sobre tudo desta última que é a matéria que estamos considerando diretamente, e que foi a considerada em A REVOLUÇÃO BRASILEIRA e na contestação de AT. A saber, a posição das diferentes forças atuantes na política brasileira frente à revolução. Se "a política é a economia concentrada", como AT, citando Lenin, refere com grande acerto, não é possível desconhecer ou subestimar uma categoria social que se caracteriza e discrimina

(1) Salvador de Toledo Artigas, *Perspectivas para o café*, "O Estado de São Paulo", de 9 de abril de 1967.

no conjunto da coletividade brasileira por traços específicos bem marcados e inconfundíveis — e que vêm a ser a natureza de seus negócios, o seu modo de agir, o seu tipo “profissional” em suma, e que têm um papel relevante nas atividades e relações econômicas do país, como é o caso destes indivíduos e grupos econômicos que fazem das funções públicas um negócio privado, e desviam, para o atendimento de seus interesses particulares, as atenções e a direção das atividades governamentais. Um grande número de fatos importantes da vida brasileira, econômica, social e política, somente se explicam satisfatoriamente na base das atividades e interesses daquela categoria de indivíduos. Isto é particularmente sensível, a meu ver, no período posterior à Guerra e à volta do Brasil ao regime constitucional. E é o que procurei desenvolver em A REVOLUÇÃO BRASILEIRA.

Bem sei que o assunto é muito mais complexo e profundo que a sùmula e esquematização a que fui levado pela natureza do meu estudo. Penso que ele se liga, e em parte se confunde mesmo com a questão bem mais ampla do “Estado Cartorial” brasileiro que Hélio Jaguaribe aborda em seus trabalhos,⁽¹⁾ que infelizmente não tiveram seguimento em estudos mais precisos e em profundidade. É precisamente por isso que o assunto não merece a simples rejeição *in limine* que AT nos traz em seu artigo. Mas pelo contrário apela para a consideração atenta de sociólogos e economistas, e sobretudo políticos que descobrirão nele, por certo, uma preciosa chave para a melhor compreensão e interpretação mais autêntica da realidade política brasileira.

⁽¹⁾ Entre outros, *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira*, Textos Brasileiros de Política, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, Rio de Janeiro, 1958.

Perspectiva em 1977

Mais de dez anos decorridos da primeira edição de A REVOLUÇÃO BRASILEIRA, penso que seria de algum interesse acrescentar breves considerações a título de complementação e ajustamento do assunto tratado, à época atual. Isto é, a perspectiva que a meu ver se abre para o pensamento brasileiro de esquerda depois de tão longo período decorrido e de tantas e tão importantes ocorrências verificadas. A tese central do livro consistiu numa tentativa de reajustamento necessário, assim penso, em alguns pontos importantes da teoria e programa político das esquerdas no Brasil. É isso a partir da análise da conjuntura econômica, social e política que se apresenta na atual fase de nossa história. Essa conjuntura, como já vinha acontecendo, se biparte no fundamental em duas perspectivas que frontalmente se opõem e entre as quais se há de optar o rumo que se almeja para o Brasil na próxima etapa da história que nos é dado desde já entrever. Numa das direções é o simples prolongamento do que aí está, e que embora com algumas formas aparentemente novas e originais, mas respeitando no essencial os fundamentos e as linhas mestras de um longínquo passado, se estende até hoje. Isto é, um país que no contexto do mundo moderno — é para isso que sobretudo devemos atentar — não representa mais que um setor periférico e dependente do sistema econômico internacional sob cuja égide se instalou e originariamente organizou como colônia a serviço dos centros dominantes do sistema. E em função dessa situação se estruturou econômica e socialmente. É certo que deixamos de ser, em nossos dias, o engenho e a “casa grande e senzala” do passado, para nos tornarmos a empresa, a usina, o palacete e o arranha-céu; mas também o cortiço, a favela, o mocambo, o pau-a-pique, mal disfarçados, aqui e acolá, por aquele moderno em que minorias dominantes e seus auxiliares mais graduados se esforçam com maior ou menos sucesso por acompanhar aproxima-

damente, com o teor de suas atividades e trem de vida, a civilização de nossos dias. Essencialmente, contudo, com as adaptações necessárias determinadas pelas contingências do nosso tempo, somos o mesmo do passado. Senão quantitativamente, na qualidade. Na "substância", diria a metafísica aristotélica. Embora em mais complexa forma, o sistema colonial brasileiro se perpetuou e continua muito semelhante. Isto é, na base, uma economia fundada na produção de matérias-primas e gêneros alimentares demandados nos mercados internacionais. É com essa produção e exportação conseqüente que sobretudo se mantém a vida do país, pois é basicamente com a receita daí proveniente que se pagam as importações essenciais à nossa subsistência e ao funcionamento da economia, bem como os dispendiosos serviços dos bem remunerados trustes imperialistas — designação clássica das empresas estrangeiras, hoje eufonicamente crismadas de "multinacionais" — aqui operando. Vem a ser isso, no essencial, a economia brasileira. E como reflexo de uma tal infra-estrutura econômica, o que temos é uma ordem social que se caracteriza pelo extremo afastamento material e cultural, entre si, das categorias sociais, com a grande massa da população reduzida a ínfimos níveis. O que se reflete, como conseqüência, e não podia deixar de ser, na mediocridade do conjunto, com a exceção mínima dos reduzidos setores no ápice da pirâmide social.

É, em linhas gerais, a continuidade e projeção futura desse Brasil, prolongamento do passado, que se abriu como perspectiva em seguimento ao golpe de 1.º de abril de 1964 e com o predomínio nele, que logo se impôs, dos mais retrógrados setores dele participantes. Foi-se ainda mais longe que anteriormente, abafando gradativamente e eliminando pela violência e o terror, não somente a ação, mas ainda qualquer voz divergente, em particular aquelas capazes de representar as forças de renovação, isto é, as populares, maiores interessados na remodelação das velhas estruturas e reconstrução delas sobre novas bases voltadas para a libertação do país de suas contingências coloniais herdadas do passado, tanto as econômicas (a dependência e subordinação ao sistema internacional do imperialismo) como as sociais, os baixos níveis materiais e culturais da massa da população brasileira. Libertação essa que representaria a outra perspectiva acima referida, e que tão vivamente contrasta com as forças conservadoras que lograram se impor.

Contribuiu grandemente para o momentâneo e ilusório sucesso dessas forças — com o que enganaram muita gente — a

conjuntura internacional que lhes foi favorável graças à larga liquidez financeira e abundância nela verificada de capitais disponíveis à cata de inversão nos rendosos negócios coloniais. Foi só escancarar as portas para o capital imperialista, concedendo-lhe facilidades de negócios e atrativos sem precedentes e muito além de tudo com que antes se poderia sonhar, e a "poupança externa" (como eufemicamente os nossos economistas ortodoxos apelidam o capital imperialista) afluirá pressurosa. Tanto mais que se lhe oferecia com o regime político vigente, a mais favorável das ambiências, com o "negócio", a mercancia, o ideal do ganho e do lucro consagrado institucionalmente como o mais alto valor. Encarna-o o EMPRESÁRIO que se torna a figura e modelo humano máximo digno de consideração.

Será então o chamado "milagre" brasileiro. A política econômica desse milagre — e a social seguindo-lhe o rastro — se é certo que se orientou tecnicamente, e soube acomodar o caminho — façamos-lhe essa justiça — para o aproveitamento máximo da especulação em que ferveu naqueles anos o mundo capitalista, no sentido da promoção da economia brasileira dentro do tradicional modelo colonial, doutro lado, também é certo, não lhe imprimiu, nem cogitou disso, nenhum desvio dos velhos padrões que manteve intatos. Como deixou com isso intatos e em aberto no mesmo pé em que se encontravam, senão pior, as grandes e fundamentais questões que se propõem no Brasil desde longa data, e de cujo equacionamento e solução depende a integração da nação brasileira nos níveis da civilização deste fim do séc. XX que vivemos. Em suma, o milagre brasileiro não passou — e isso já aí está patente aos olhos de todo mundo — de breve surto de atividades estimuladas por conjuntura internacional momentânea e fruto de circunstâncias excepcionais inteiramente fora e a infinitas léguas da ação de nosso país. Encerrado o ciclo dessa situação excepcional, e invertida a conjuntura, como não podia deixar de mais dia menos dia acontecer, mesmo sem a ocorrência do encarecimento do petróleo, desculpa de tanta gente e tanta coisa, que apenas precipitou e agravou o desenlace da milagrosa aventura em que fora metido, e o Brasil vai retornando à sua normalidade amarrada ao passado. Com a agravante agora (e de que vulto, ainda imprevisível) de fazer frente ao oneroso custo de seu instante de euforia e sonho de seus dirigentes com um Brasil "plenamente desenvolvido" e "grande potência" a curto prazo.

Está aí a primeira e grande lição que proporcionaram estes últimos anos e o que neles se praticou: a extrema fragilidade, em

termos de país e coletividade humana de nosso tempo, das bases em que assenta a estrutura sócio-econômica brasileira. O melhor que oferece e pode proporcionar, na melhor das hipóteses, são breves surtos de aparente e superficial prosperidade provocada por circunstâncias excepcionais e inteiramente fora de nosso alcance; logo seguidas de graves desastres. E que não chegam a efetivamente beneficiar, nem mesmo por momentos, antes pelo contrário, nada mais que reduzidas parcelas da população.

Realmente, que nos trouxeram estes milagrosos anos de prosperidade? Não são certamente os progressivos índices do PNB com que os economistas ortodoxos se iludem e iludem os outros, que darão, por si, uma resposta aceitável. É só lembrar que esses índices não apresentam conta discriminada — e é o que mais importa — dos bolsos, nacionais e sobretudo internacionais, para onde confluíram os benefícios desse produto do trabalho brasileiro. Para se avaliar o real desenvolvimento brasileiro por obra e graça do milagre, consultem-se de preferência os dados que efetivamente representariam o progresso do país e de seus habitantes: no conjunto, vive melhor a massa da população brasileira? Abriga-se melhor? Alimenta-se mais fartamente e melhor? Cuida melhor de sua saúde? Ascendeu o nível de sua cultura? Não creio que se possa afirmá-lo. Mas se é assim, não se terão pelo menos aberto novas perspectivas para uma tal progresso? Não se criaram circunstâncias e situações capazes de promover, num futuro próximo, a elevação ponderável dos níveis de vida da massa da população brasileira? Não estaríamos encerrando aquela primeira fase de progresso anunciado pelos nossos economistas oficiais e dirigentes em geral, programa esse que consistiria em primeiramente cuidar do crescimento do "bolo", para em seguida reparti-lo equitativamente? Se é que existe uma tal primeira fase, ou jamais existiu como perspectiva de posterior repartição de seus resultados, essa repartição ainda terá muito que esperar, porque até agora muito pouco nos adiantamos naquela primeira fase em termos de conjunto do país; e muito pouco sobretudo como base e ponto de partida para um real progresso do país como um todo.

De fato, o que nos oferece como resultado o breve surto de atividade econômica verificada no decurso dos últimos anos é muito pouco, quase nada. Os índices econômicos, nossos famosos e tão alardeados índices nos apresentam um razoável ganho no crescimento industrial que seria, como se vangloriavam os arautos da política econômica oficial, e muitos acreditaram, passo decisivo de um legítimo processo de industrialização auto-estimulante e

senão quantitativamente, pelos menos qualitativamente semelhante àquela dos países efetivamente industrializados do mundo moderno.

É de indagar, contudo, o que de fato se disfarça atrás dos enganadores números revelados nas estatísticas. O que se encontra é fundamentalmente, e no essencial, uma indústria de bens de consumo durável substitutiva de importações, sem infra-estrutura apreciável, e dependendo do exterior para o fornecimento de boa parte de seus principais e essenciais insumos. É mais, da tecnologia empregada, que na falta de elaboração própria, que o mesmo sistema de nossa dependente economia torna inacessível, faz-se em simples repetição maquinal de modelos que nos vêm prontos e acabados, em seus mínimos pormenores, do exterior. Concretamente, uma indústria pouco ou quase nada mais que modesto fim de linha de estruturas industriais exteriores ao país. De fato, a indústria brasileira, naquilo que apresenta de mais significativo em termos modernos, não vai além, tanto quanto no passado, e sob certos aspectos ainda mais acentuadamente, de uma dispersa constelação de filiais ou dependências periféricas em maior ou menor grau, de grandes empresas internacionais (as chamadas eufemicamente de "multinacionais") que, originariamente exportadoras de seus produtos, transferem para as proximidades do mercado local brasileiro, como fazem para a generalidade do mundo subdesenvolvido a que pertencemos, uma ou outra fase de suas atividades, para com isso aproveitarem mão-de-obra mais barata e menos reivindicadora, contornarem problemas de transporte e obstáculos alfandegários, ou para melhor se adaptarem a situações específicas do mercado local que exploram.

Nada, como se vê, que se assemelhe a um processo de industrialização digno desse nome e comparável àquela que se verificou, e em alguns casos se verifica ainda, nos autênticos centros do progresso industrial moderno.

Eis aí o que vai por detrás dos belos índices numéricos de nossas estatísticas. E se voltamos as vistas, de particularidades do crescimento econômico verificado nesta última etapa de nossa evolução que estamos considerando — a etapa do "modelo milagroso" — para o panorama geral sócio-econômico do país, é ainda mais flagrante, talvez, para o observador prevenido e que não se deixa enganar por aparências ilusórias, o pouco que andamos no sentido de um real progresso em profundidade e superação do passado. Posta de lado a acelerada urbanização, contrapartida mais ainda que outra coisa qualquer, da estagnação e decadência, sob tantos aspectos, das atividades rurais que transportam para os centros urbanos a miséria tornada intolerável no campo (haja

vista o caso máximo e tão característico dessa transformação urbanizadora do Brasil, que é São Paulo), posto de lado esse congestionamento urbano, com os leves retoques de modernismo de fachada que acrescentou aqui e acolá à paisagem brasileira, não se assinala efetivamente no decurso da fase que presenciamos nestes últimos anos (e já lá vai mais de uma dezena deles) nenhum sinal significativo de mudança essencial do passado.

Aí está o pé em que nos encontramos depois destes longos anos recém-passados de "milagre". E que acabaram por largar o país — como já era de longa data previsível — neste atoleiro em que nos achamos. "Atoleiro" é bem a palavra, porque, é de se perguntar, quais são as perspectivas que se apresentam de nos safarmos, em prazo previsível, da crise que vai em crescendo de uns anos a esta parte? O que está essencialmente na base, e de imediato, das dificuldades que a economia brasileira enfrenta, é o brutal endividamento estrangeiro do país, fruto da descabelada especulação e desperdício em que se envolveu, e da crescente participação do capital imperialista em suas atividades.⁽¹⁾ Tudo isso abertamente, e estimulado pelos dirigentes do país e orientadores de sua política econômica, e perfeitamente enquadrado em "modelos" — como dizem os economistas — que se inspiram na conservação e no reforçamento do *status quo* de nossa tradicional estrutura colonial.

Ora uma tal dívida já vai muito além de nossa normal e previsível capacidade de atendimento. E para o simples serviço dela já estamos dependendo, em proporções crescentes, de novos créditos. Isto é, satisfazemos nossos compromissos com outros compromissos ainda maiores.

Evidentemente não é possível ir longe em tal regime. Tanto mais que nossas exportações, única fonte ordinária de divisas com que contamos para o atendimento de compromissos no exterior, inclusive pagamento de importações essenciais para o normal funcionamento da economia e a própria subsistência do país, não oferecem, dentro do previsível, perspectiva alguma de desenvolvimento significativo em confronto com nossas necessidades.

É a partir de tão frágeis premissas econômicas que enfrentamos hoje a catastrófica situação a que nos arrastou o natural e fatal desdobramento do "modelo" escolhido para nosso tipo de

(1) Foi analisado esse assunto, com certo desenvolvimento, no *Post Scriptum em 1976*, incluído a partir da 19.ª edição, daquele ano, de nossa *História Econômica do Brasil*.

desenvolvimento, e levado a suas últimas conseqüências pelos idealizadores, embora muito pouco originais, daquele modelo. Assim, a nos mantermos na mesma linha e orientação, não sobra outra alternativa que aguardar paciente e resignadamente o desenrolar dos acontecimentos, à espera de outro eventual surto de febre especulativa internacional ou alguma outra conjuntura ocasional favorável que estimule os interesses e atenções imperialistas para eventuais perspectivas de bons negócios no Brasil. Até lá, ir-se-á temporizando e procurando quando muito atenuar aqui e acolá, na medida do possível, que não é muito largo, os mais graves impactos da crise.

Doutro lado contudo, e felizmente, desmascarada a fraude do "milagre" brasileiro, ressurgiu e começa a ganhar terreno a consciência da real situação do país — que nada tem de ocasional, e se insere nas próprias premissas com que se orienta a política econômica adotada e consagrada. E se desperta também a consciência dos fatores profundos que levaram o país à grave situação em que se encontra. No que diz respeito ao imperialismo e à penetração do capital estrangeiro na economia brasileira — fator imediato e mais saliente da crescente e catastrófica sujeição do país à dominação e aos interesses do sistema internacional do capitalismo — renova-se o debate público em torno do assunto que, desde quando se abafara a voz da esquerda, se transferira, pode-se dizer, à clandestinidade.

É assim, entre outros sinais, que a Câmara dos Deputados, dominada embora pelas forças da reação, e na triste postura em que se encontra de submissão passiva aos senhores da situação, é levada, pela força e evidência dos acontecimentos, e premiada pela sua minoria progressista, a tomar conhecimento da matéria e submetê-la a uma *Comissão Parlamentar de Inquérito*. O parecer da Comissão seria, como era de esperar, de louvores ao capital estrangeiro. Mas o voto em separado da oposição (representantes do MDB na Comissão) põe as coisas no seu lugar, e conclui com cerrada crítica às multinacionais e à política adotada tendente a dar-lhes predominância no processo brasileiro de industrialização.

Já é evidentemente alguma coisa, um raio de luz nas trevas em que se tinha envolvido o pensamento progressista no Brasil. E tanto mais fecundo que a preocupação com o assunto começa a se generalizar. A ponto que até em órgãos governamentais, como o *Conselho de Desenvolvimento Industrial*, se principia a cogitar na imposição de restrições às inversões estrangeiras. "As empresas que desejam investir no Brasil deveriam consultar antes o

C.D.I.," afirma o secretário do órgão, Sr. Taylor Frasnão.⁽¹⁾ Igualmente setores da burguesia, até há pouco ainda cegos ao papel do imperialismo, começam a diretamente sentir e por isso compreender-lhe o aspecto negativo e a contribuição que traz para as dificuldades que o país enfrenta.⁽²⁾

Trata-se contudo, nesses casos, de longínqua aproximação do conjunto, em profundidade, da problemática brasileira. De mais consistência e potencialidade de maior alcance no que diz respeito àquela problemática e à necessidade de reestruturação da economia brasileira, a fim de arrancá-la do ponto morto que a ameaça, é outra formulação, difusa em diferentes setores, inclusive da burguesia, e que aponta para o imperativo da ampliação do mercado interno como saída para a economia.

É certo que uma tal proposição não traz em si e por si apenas grande significação, e representa por enquanto, no mais das vezes, simples aspiração de natureza puramente mercantil, em face dos obstáculos que no caso da exportação — em especial de manufaturas — se interpõem entre o produtor brasileiro e mercados longinquamente situados no exterior e nos quais não temos, em regra, nenhuma possibilidade ou perspectiva de influir ponderavelmente.

Mas seja como for, a questão do mercado interno envolve necessariamente, logo que aprofundada, toda a problemática sócio-econômica brasileira. Deixando de parte medidas, na melhor das hipóteses pueris ou demagógicas, às vezes aventadas e até mesmo promovidas, de distribuição de óbolos (do tipo do PIS, p. ex.) que tal como a moeda atirada ao indigente no extremo da necessidade não leva evidentemente a nada de mais significativo; posto isso de lado, a questão do mercado interno, se tratado seriamente e em profundidade, não pode deixar de levar à consideração da extrema pobreza da massa da população brasileira, seus baixos padrões de vida, e fatores determinantes de tal situação: as distorções fundamentais de economias como a nossa em confronto com os padrões das áreas economicamente desenvolvidas, isto é, na altura da civilização de nossos dias. Economia esta nossa estruturada e orientada originariamente em circunstâncias cujos efeitos se fazem ainda sentir até nossos dias, marcando-lhe fundamentalmente o caráter dominante. A saber, uma economia voltada essen-

cialmente para o atendimento de necessidades estranhas que não são as do grosso da coletividade que a compõe e dinamiza. Em que o "negócio", a mercancia sobreleva as necessidades humanas feitas em simples meio ou pretexto para aquele negócio; e seu fator estimulante. Isso, que é da natureza própria e característica do sistema econômico do capitalismo, ainda se disfarça e ameniza quando o negócio e as necessidades humanas a que ele atende se articulam entre si e confundem até certo ponto dentro de um mesmo corpo social com o entrosamento local e interior do *negócio*, realizado na produção para a venda, com as *necessidades* dos participantes em geral da produção; não somente dos dirigentes dela e do negócio que proporciona, mas também daqueles que para ele contribuem com sua força de trabalho. Como é o caso nas sociedades em que o sistema se originou como resultante de transformação, por um processo interior, de outros sistemas anteriores. Mas não ocorre, *essencialmente*, em sociedades como a nossa, estruturada de início e a partir do nada — isto é, formada com um povoamento exógeno, imigrado, de europeus, africanos, indígenas deslocados, reunidos em áreas antes desocupadas — sociedades estruturada desde logo na base do *negócio*, com uma economia organizada fundamentalmente para o atendimento de necessidades estranhas, de outras coletividades, e não da grande massa que a compõe, e que participaria dela não como consumidor mas unicamente como contribuinte com sua força de trabalho para a realização do negócio objetivado.

Numa economia desse tipo, os traços puramente mercantis se destacam e afirmam sem nenhum disfarce; e no essencial, com exclusividade. E se refletem aí plenamente e sem nenhuma atenuação: a produção voltada para a venda, e não para o atendimento das necessidades do produtor. Determinando com isso o descuido e subestimação dessas necessidades, e a tendência histórica para a conservação da massa da população sem outro papel e perspectiva que o fornecimento de força de trabalho no mais baixo nível material e cultural possível. O que dará na restrição, é óbvio, do mercado interno como traço e elemento característico do sistema, organizado em função do mercado externo, e não do interno.

A questão do mercado interno de cuja ampliação significativa depende fundamentalmente a libertação da economia brasileira de seu atual estatuto colonial, isto é, dependente, se propõe assim, considerado em profundidade — como há de ser para ir além da simples declaração retórica ou do desejo a realizar-se em sonho,

(1) *O Estado de S. Paulo*, de 6-3-1977.

(2) A esse propósito, consultar uma interessante reportagem nos meios industriais de São Paulo, da revista *Veja*, de 30-3-1977.

o *wishful thinking* do inglês — se propõe em termos de largas e essenciais transformações estruturais da economia. O que não resultará por certo, dentro do previsível, como não tem resultado de uma política orientada simplesmente, como se dá, pela meta do “desenvolvimento” (do que e de quem?) na linha da ortodoxia capitalista. E expressa e traçada não em termos de atendimento das necessidades de nosso povo, e sim do “negócio” a se realizar e da acumulação de capital que resulta desse negócio. Que leva em conta e visa a produção essencialmente como “negócio”, e não como meio de satisfação do consumo da coletividade produtora.

Estes anos decorridos desde a publicação do presente livro, anos em que, nas mais favoráveis condições financeiras e políticas se levou aquela orientação econômica ao extremo, com a mais perfeita sistematização e rigor técnicos — temos que conceder isso ao chamado “modelo brasileiro” dos economistas ortodoxos — esses anos trouxeram a mais cabal das confirmações da insuficiência de tal política. Aí está o desastre cujo desenrolar, ainda em seus primeiros momentos, e certamente não os piores, estamos presenciando e sentindo; e que representa o alto custo pago por uns breves momentos de aparente prosperidade que assim mesmo não beneficiou mais que setores relativamente reduzidos do país, sem reforçar com nada de sólido e durável a estrutura básica da economia, e sem trazer nenhuma contribuição significativa para a melhoria ponderável, e solidamente instalada, das condições gerais de vida da grande massa da população brasileira. O “bolo” terá crescido, talvez — e assim mesmo, em boa parte, em mãos estranhas, a “poupança externa”, como hoje eufemicamente se diz; mas a “repartição” dele, salvo talvez algumas migalhas que terão caído da mesa do festim de poucos, essa terá ficado, ao que parece, para as calendas gregas.

Evidencia-se com isso para onde leva a ortodoxia capitalista aplicada a países do nosso tipo, tão distinto daqueles em cujos receituários os nossos economistas oficializados foram buscar os seus modelos. Isso todavia, com todo mal que terá trazido ao nosso país, lhe proporciona mais uma, e desta vez largamente fecunda experiência. Estão aí para comprovar o começo, pelo menos, de assimilação dela, como já foi notado, os sintomas do despertar da atenção e consciência para questões como esta da ampliação do mercado interno — o que significa fundamentalmente a elevação das condições e do nível de vida da massa da população brasileira, e sobretudo, criação de circunstâncias favoráveis a essa elevação. Despertar de consciência em setores que

diretamente ou pelo menos tão agudamente não sofrem as contingências daquele nível. Abrem-se já perspectivas para que, nesses setores privilegiados, as miseráveis condições, ou pouco melhor que isso, em que vive, ou antes vegeta a maior parte dos brasileiros (o que ninguém pode ignorar) deixem de ser simples motivo de reações estéticas ou sentimentais, para se tornarem situações concretas e problema que atingem em maior ou menor grau, direta ou indiretamente — inclusive em seus interesses materiais — quase todos os melhores situados setores da população.

É essa a circunstância importante a levar em conta no desenvolvimento teórico da revolução brasileira e estratégia das forças de esquerda que legitimamente representam os setores populares diretamente atingidos em sua carne pelas insuficiências, deformações e anormalidades, em termos modernos, da nossa economia. E são por isso os mais alertados para elas e capazes de contribuir para a sua correção.

Para isso, contudo, faz-se necessária a sua presença e participação na vida política do país. E é isso que no presente lhes falta por completo. A ponto de já se acharem até esquecidos. Refiro-me naturalmente a uma participação efetiva, com possibilidade de fazerem ouvir sua voz e influírem nas decisões do poder público. E não este máximo que hoje lhes é outorgado, de aguardarem pacientemente, quando muito queixosos, mas em sussurro respeitoso, um ou outro gesto paternalista em seu favor. Organizarem-se, disporem de orientadores e representantes genuínos com que contariam para traduzir suas aspirações e reivindicações em programas políticos e lutarem por eles, isso lhes é negado. E por isso, sem voz, e muito menos ação, foram passando para o esquecimento. Esquecimento tal que ainda recentemente, um grande e reputado jornal como *O Estado de S. Paulo*, afeito a reportagens de grande rigor técnico jornalístico e exaustiva informação, promovia uma destas reportagens em que se colheriam entrevistas relativas à presente situação política do país (março de 1977). E anunciava sua reportagem e indagação que pretendia a mais ampla possível, como “trabalho de quatro repórteres que ouviriam ministros, governadores, militares, diretores de companhias estatais, empresários, políticos, líderes civis, tecnocratas, economistas, sociólogos”, enumeração, e aliás, em seguida, depoimentos onde brilhariam pela ausência, como se vê, quaisquer genuínos representantes e intérpretes de classes e categorias populares: operários e trabalhadores em geral, sindicalistas e outros da mesma ou semelhante condição. E não se tratava por certo de exclusão por fanático e

tolerância reacionarismo ufanista a querer disfarçar a realidade, pois sob esse aspecto *O Estado de S. Paulo* não pode ser criticado: é dos periódicos que mais se têm ocupado; e em largas reportagens, das misérias que abundam por este Brasil afora, e recobrem a maior parte de seu território, tanto rural como urbano, oferecendo o verdadeiro retrato do que é e como vive seu povo. A exclusão tem seguramente outras razões. E lembrei esse episódio jornalístico precisamente porque é sintomático de um estado de espírito muito generalizado em setores bem situados na sociedade e economia brasileira, mesmo às vezes em pessoas não excessivamente preconcebidas, que vem a ser a convicção de que o povo brasileiro, fruto de seu baixo nível de cultura, assim argumentam, há de ser tutelado por lhe faltar a "competência" necessária para cuidar racionalmente de seus próprios interesses. E se lhe falta tutela e lhe é dado agir por iniciativa própria, será vítima da demagogia e de aproveitadores mal-intencionados de sua boa fé iludida.

Terá sido isso muitas vezes o caso, e não faltam instâncias disso. Mas não é abafando a voz e ação populares que se corrigirá tal situação. Antes pelo contrário, é somente por essa ação que o povo adquirirá a experiência política que eventualmente lhe faça falta, e aprenderá a defender conscientemente seus verdadeiros interesses e promover com acerto suas aspirações de maneira tão racional como os demais setores da população brasileira. Aliás foi o que se deu, e ainda se dá em todos os lugares, inclusive nos de mais apurada educação política. E no Brasil também, embora sem a continuidade que seria de desejar. A democracia é pela prática que se adquire, e não por geração espontânea e sem antecedentes, ou inspiração não se sabe do que.

E é assim que se abrirão algumas das mais importantes perspectivas — hoje praticamente cerradas — para a condução da política brasileira num sentido verdadeiramente renovador e capaz de arrancar o país do ponto morto que o ameaça e que o atola no passado. Isso porque, como já foi lembrado e me parece incontestável, é nas aspirações e reivindicações das classes e setores da população mais diretamente atingidos pelas insuficiências da presente estrutura e funcionamento da economia brasileira, que se encontrarão as raízes de tais insuficiências. Será daí pois que não de partir as formulações para o essencial da programática brasileira a ser adotada, e o impulso para a efetivação dela.

A participação das camadas populares na atividade política se faz assim essencial, e constitui sem dúvida o primeiro passo a ser dado na atual conjuntura. E será isso o que caracterizará a

democracia, se é verdadeiramente o que se procura, a crer o quanto, e os "quandos" assim se manifestam. Não constituindo o mais — as formas jurídicas e os processos normativos de realizar a representação e participação populares — senão maneira prática e mais adequada possível de tornar efetiva e legítima aquela participação popular na condução do poder público. Exatamente o oposto ao que se vem por etapas realizando entre nós desde o golpe de 1964, e que vem a ser a maneira mais segura de neutralizar e eliminar, o quanto possível — isto é, conservando um mínimo de aparências — a ação popular; e lhe abafar e calar a voz.

Isso contudo, com suas inevitáveis incoerências e vaivéns sucessivos que deixam o país num estado de permanente suspense, não pode evidentemente se eternizar. Há que institucionalizar alguma coisa, organizar, estabilizar e definir as instituições. Ou o absolutismo que aí está sob o disfarce de um complicado casuismo pseudolegal, quando não simplesmente *de fato* — mas nesse caso um absolutismo em que se defina e caracterize o "absoluto"; ou então algo mais de acordo com o mundo e a época em que vivemos, sua cultura e civilização: o concurso da coletividade brasileira em conjunto na determinação de seus destinos. O que nos leva à questão de como se propõe o nosso problema político atual, e como se dispõem em face dele as diferentes forças políticas do país.

Recapitulemos sumariamente, para isso, a origem e evolução dos fatos que a partir do golpe de 1964 deram na situação de hoje. Desencadeou-se o golpe, como se sabe, e é aliás proclamado pelos seus principais mentores, com a justificativa da ameaça "comunista" que se patenteava — assim era alegado — nas demagógicas atitudes e atos do então Presidente João Goulart, que por essa forma esperava conquistar para sua contestada e vacilante autoridade o respaldo popular. E de fato obtivera, graças sobretudo a grosseiros e lamentáveis erros de perspectiva da política de esquerda na época (assunto de que trata o presente livro) obtivera senão apoio, pelo menos uma certa consideração simpática de importantes setores daquela esquerda.

E assim, vitorioso o golpe, procedeu-se à eliminação da vida política, por diferentes processos, além naturalmente dos políticos partidários do Presidente deposto e outros seus aliados — o que não impediu o retorno, a prazo mais ou menos curto, de muitos deles, pode-se imaginar de que estofos, arrependidos naturalmente do apoio dado ao vencido — eliminação também (e para estes

sem nenhuma perspectiva de retorno à ação política, e até mesmo de liberdade de expressão do pensamento, senão mesmo de outras liberdades mais) de todos quantos por qualquer forma se tivessem mostrado simpáticos a pensamento que cheirasse à esquerda. E aproveitou-se a ocasião (realizando com isso o que de fato constituía a finalidade essencial do golpe) para apartar por completo a participação política das classes populares, e em especial abafar os movimentos reivindicatórios dos trabalhadores, especialmente greves e protestos coletivos em geral.

Isso vinha naturalmente a calhar para os interesses da burguesia que aliás, através de alguns de seus mais destacados representantes, participava ativamente da preparação e desencadeamento do golpe. Ela contaria agora com trabalhadores aterrorizados, domesticados e submissos, pacientes e sem reclamações descabidas, além de não inflacionarem os custos contábeis. Bem como contaria também com a política "desenvolvimentista" em auge e nível de consagração sem precedentes, que a par da substancial acumulação de capital que lhe proporcionaria, a situará oficialmente em categoria social ímpar no mundo civil. O que se retrata muito bem na evolução semântica da expressão verbal "empresário" que até aí não saíra dos textos de Economia Política, como singela designação de uma figura participante da atividade econômica, e que se faz em tratamento respeitoso, e logo mais, título honorífico.

Nessa questão contudo da burguesia e seu papel político, há que fazer uma distinção, chamando a atenção para circunstância da maior importância e significação na política, tanto como na economia brasileira; e de que se ocupa o presente trabalho para onde remeto o leitor.⁽¹⁾ Trata-se da diferenciação verificada no seio da burguesia brasileira que deu origem a um setor particular, de características próprias e bem marcadas, conquanto especificamente muito variadas e variáveis, que de longa data representa notável papel na vida econômica e política do país. Esse setor burguês que identifiquei com a designação de "capitalismo burocrático" ganha em seqüência ao golpe de 1964, e sobretudo depois de sua realização integral em 1968, crescente importância e expressão, chegando mesmo a sobrepujar em influência política o outro setor burguês que unicamente para fins de reconhecimento, e na falta de melhor, batizei de "burguesia ortodoxa" porque se enquadra nos cânones ordinários e clássicos da classe.

(1) Capítulo IV, p. 122 e Adendo a A REVOLUÇÃO BRASILEIRA, p. 232.

Como se trata de assunto que infelizmente até hoje ainda não mereceu a devida atenção de historiadores, economistas, sociólogos ou outros estudiosos — embora se trate de fato já hoje claramente à vista de qualquer observador atento da vida brasileira, e que se encontra mesmo flagrantemente implícito em importantes debates relativos a questões de política econômica, o que logo veremos — o assunto não poderia ser aqui desenvolvido com a desejável particularização e precisão. O crescente papel do capitalismo burocrático, contudo, e o vulto considerável que assumiu, tanto quantitativa como qualitativamente, se revela em particular, a par de outras manifestações, neste desdobramento e extensão descomunal das iniciativas do Estado no terreno econômico, e multiplicação dos empreendimentos em que se envolve. Processo e desenvolvimento esse que já se tornou generalizadamente reconhecido e mesmo merecedor do qualificativo específico, pelo qual é reconhecido: "estatização" da economia brasileira.

Embora se possa dizer nova e original, trata-se sem dúvida de modalidade do capitalismo burocrático brasileiro, uma vez que apresenta, com suficiente destaque, os caracteres específicos dessa formação econômica. Isso é, a contribuição do poder público para a formação e acumulação de capital, mas essencialmente em proveito de interesses privados. São aí antes os *benefícios* do capital acumulado em mãos do poder público, que vão favorecer tais interesses, e não propriamente o *capital*, como ocorre em regra na generalidade das outras modalidades do capitalismo burocrático. Nas modalidades clássicas que exemplificamos em outra parte deste livro acima determinada, a acumulação de capital proporcionada pelo poder público se realiza nas mãos dos próprios favorecidos, em contraste com este novo caso que estamos considerando, onde são somente os benefícios — em princípio, pelo menos — e não o capital propriamente, que tomam o caminho daquelas mãos.

Essa diferença, contudo, não importa essencialmente para o que nos interessa aqui, pois o que conta em nosso caso — que diz respeito ao funcionamento geral da economia, o comportamento dos participantes e os efeitos daí resultantes, inclusive e em particular e especialmente os de ordem política — o que conta é a circunstância que numa e noutra modalidade se trata de acumulação de capital (essa mola mestra do sistema) proporcionada pelo poder público e visando o lucro.

É certo que a intervenção de iniciativas estatais é hoje comum, e de grande vulto em diferentes países capitalistas — Alemanha Ocidental, França, Itália ... — não se tratando todavia,

pelo menos assim me parece, do que estamos aqui entendendo por "capitalismo burocrático", apesar da coincidência de certos aspectos formais. Aí contudo, em princípio pelo menos, e de fato na maior e mesmo, podemos dizer, na generalidade dos casos, os empreendimentos do Estado visam direta ou indiretamente, mas sempre efetivamente, aquilo que na Economia Política capitalista representa o "interesse geral", e que vem a ser o bom e eficiente funcionamento do sistema. Ou se trata, em outras instâncias, de pressões e concessões de natureza socializante.

Não é isso que ocorre, ou vem ocorrendo cada vez mais acentuadamente no Brasil desta fase que estamos vivendo. A finalidade das empresas estatais entre nós, cada vez mais com exclusividade, vem a ser a mesma da empresa privada, isto é, o lucro financeiro, passando gradativamente para um segundo e apagado plano, e em seguida para o esquecimento, ou pelo menos acentuada subestimação, o objetivo que deveria ser o seu, o interesse geral, ou pelo menos o do sistema — capitalista, bem entendido. E não é que o Estado brasileiro esteja se tornando em negociante, com vistas para o lucro do negócio e a acumulação de capital em seu benefício, o que não teria evidentemente sentido, e não seria mesmo concebível. São interesses privados que se visam.

Esse assunto se acha muito bem tratado, embora resumidamente em forma clara e precisa, em recente colaboração para o jornal *O Estado de S. Paulo*.⁽¹⁾ O colaborador se revela aí eminentemente prático, de vivência nas atividades econômicas do país; e sua colaboração evidentemente se insere na campanha de que *O Estado de S. Paulo* e dos órgãos de imprensa mais destacados e autorizados, contra a proliferação das empresas estatais, aliás do intervencionismo econômico do Estado em geral. O trabalho do Sr. M.D.S. é assim duplamente interessante para nós aqui, não somente pelo seu conteúdo teórico e maneira como na base dessa teorização considera e analisa a questão; mas ainda e sobretudo, a meu ver, pelo fato de, inserindo-se na áspera crítica atual relativa àquelas empresas, a razão de ser delas e seu comportamento, o artigo, evidentemente polêmico, no seu fundo, abre perspectivas para o conteúdo político imanente em tal situação. Coisa que, apresso-me em notá-lo, nem de leve o autor refere, ou mesmo sugere, e possivelmente nem ao menos suspeita, mas que dadas as circunstâncias gerais do momento histórico que vivemos, está aí implícito, e constitui precisamente o aspecto que nos interessa

(1) Marcel Domingos Solimeo — 12-3-77.

aqui, a saber, a caracterizada identificação do nosso capitalismo burocrático, e sua posição e papel na atual conjuntura política.

Considerando a justificação e legitimidade das empresas estatais brasileiras — a sua "validade", como se exprime o autor — ele escreve: "Quando se observa que muitas empresas estatais operam com uma rentabilidade elevada, distribuem parcelas substanciais de seus lucros a diretores, funcionários e acionistas (não-governamentais) e utilizam recursos gerados por sua atuação para expandir em outras direções, que não aquelas que determinaram sua criação, visando maximizar seus resultados é muito discutível a validade." E pouco adiante sugere que em face da "tendência acentuada à criação de empresas governamentais... seria muito oportuno que se procedesse... a uma discussão e análise sobre a eficiência dessas empresas, não em função dos resultados financeiros, mas sim em termos de objetivo atingido". E acrescenta: "Quantas delas revelariam eficiência?" Aí está tudo dito, e mal se esconde o desafio implícito.

Está tudo dito, e ao mesmo tempo que se amolda como luva à realidade dos fatos que qualquer observador atento perceberá com um mínimo de argúcia naquilo que se passa hoje em nosso país,⁽¹⁾ o texto que transcrevemos reflete (intencionalmente ou não, isso pouco importa aqui) a rivalidade latente, talvez até mesmo ainda mal caracterizada e compreendida com precisão pelos próprios participantes dela, mas presente e claramente implícita nos fatos, nas formulações, nos atritos, numa contenda que se define e aprofunda cada vez mais na medida em que o agravamento da crise que o país atravessa cria dificuldades crescentes para todo mundo. E é o salvar-se quem puder. *Casa em que não*

(1) A propósito, lembro unicamente o caso da Petrobrás, indo explorar petróleo no Irã, e transferindo a pesquisa no próprio território brasileiro a empresas estrangeiras, prova que reconhece aí a sua presença. O estímulo que está na base de uma tal política é evidentemente a conveniência financeira da empresa, e somente ela, e não os objetivos para os quais a Petrobrás foi criada, e que todo mundo, fora do assunto, acredita serem seus. Qualquer principiante em assuntos comerciais perceberá isso imediatamente com um pouco de reflexão e discernimento. E se coisas dessa ordem se passam na Petrobrás, com tudo que ela significa e importância que representa, o que será com o resto e conjunto do patrimônio empresarial do nosso governo atual. É digno de notar é o fato que ninguém, que se saiba, estranhou esse procedimento da Petrobrás e o comentou. O objetivo predominantemente mercantil das empresas estatais parece que já adquiriu foros de cidade, e passa desapercibido como algo de rotina; perfeitamente normal e justificável. O que bem dá o tom do regime em que vivemos, envolvido no capitalismo burocrático.

há pão, todos gritam e ninguém tem razão, diz muito sabiamente o provérbio. No momento, são sem dúvida os fundos de financiamento que entre nós o Estado, ou antes o governo, controla direta ou indiretamente em tão larga escala, e de que é grande e principal fonte provedora, são aqueles fundos de financiamento que vêm despertando e estimulando a rivalidade e concorrência no nível burguês. Que até mesmo contribuíram decisivamente para desencadear a luta aberta, que fizeram defrontar-se empresários privados e empresas estatais, ou melhor, seus dirigentes, discriminando com isso os dois setores e melhor destacando um do outro: a nossa burguesia ortodoxa e o capitalismo indígena.

A verdadeira natureza das empresas estatais, que se observa muito bem, como se viu, nesta tendência marcada que é a sua, de se voltarem cada vez mais para interesses privados antes que servir objetivos de ordem pública, se destaca ainda mais no fato de que a sua larga multiplicação não resulta de nenhum plano ou programa de política econômica preestabelecido, "modelo", diriam os economistas, que visasse deliberadamente favorecê-las. Pelo contrário um objetivo dessa ordem vem sendo expressa e repetidamente negado pelos mais graduados e autorizados representantes do governo. Pois é precisamente essa negativa que nos oferece talvez o melhor sintoma do real e profundo determinante da proliferação de empresas estatais. Trata-se do desencontro, no caso, das atitudes dos diferentes órgãos da administração. Desencontro e incoerências que têm dado margem, às severas críticas dos representantes da burguesia ortodoxa. Enquanto os altos escalões governamentais negam energicamente qualquer intenção "estatizante" de sua parte, que consideram mesmo frontalmente contrária a seus princípios e posições teóricas, e dão a prova disso com medidas restritivas da proliferação das empresas do Estado, os escalões inferiores e demais forças atuantes no setor seguem serenamente, e como se nada houvesse, em sua atividade promotora de iniciativas governamentais.

Não é difícil concluir daí que excluída a hipótese de manobras maquiavélicas dos centros diretores da administração que pretendessem sub-repticiamente promover a "estatização" da economia brasileira — hipótese que evidentemente não se poderia levar a sério — o impulso das empresas estatais não pode senão alimentar-se de circunstâncias ocasionais implantadas no próprio processo histórico sócio-econômico que estamos atravessando. E deriva assim de incontrollados e espontâneos interesses privados e ambições pessoais que nas margens, mas fora do alcance do oficial-

lismo administrativo regular, se deparam com as belas perspectivas proporcionadas pela oportunidade que oferecem as iniciativas de uma figura abstrata para eles como é o Estado. Oportunidade essa que por um motivo ou outro, de ordem pessoal, se acham em condições por esta ou aquela forma, de aproveitar. O que farão em benefício próprio tanto mais folgada e largamente que não se achando tais iniciativas subordinadas a objetivos e planos determinados na base de interesses públicos bem definidos, elas ficam naturalmente, por isso mesmo, entregues ao doce e rendoso *laissez faire* de seus encarregados e executantes.

O tão criticado processo multiplicador de empresas estatais, que se observa no presente desenvolvimento da economia brasileira, se acrescenta assim às demais modalidades do capitalismo burocrático. E traz a esse setor da vida brasileira, por efeito de sua particular potencialidade e dúbia forma com que se apresenta e com que se disfarça, um considerável reforço que lhe abre as mais amplas e até hoje insuspeitadas perspectivas. A começar pela influência política que adquire e que vem em crescendo. Isso se observa — apesar da discreção com que o capitalismo burocrático naturalmente opera, o que deriva de sua própria natureza e interesse, deixando o mais aparente, a sua presença, a cargo do curso normal e necessário da administração pública — observa-se nos próprios fatos que vimos considerando, isto é, seu irresistível progresso e sobretudo o enfrentamento com a burguesia ortodoxa em que sem dúvida é parte dominante. O golpe de 1964 trouxe para essa burguesia, como já foi lembrado, posição altamente favorável que lhe proporcionou bons proveitos. Esses proveitos contudo foram em boa parte neutralizados pelas dificuldades que sobrevieram como decorrência da crise em que o país começa a se debater. Dificuldades sobretudo financeiras — a ultimamente tão lastimada e assim chamada "descapitalização" da empresa privada não é senão isso — dificuldades que puseram a burguesia, em particular a grande indústria, e a põem cada vez mais em confronto direto e aberto com as privilegiadas empresas estatais naturalmente avantajadas pela administração pública, e em especial pelas instituições oficiais de crédito. E torna-se aí bem patente o lugar subalterno que a burguesia ortodoxa hoje ocupa; e os fatos recentes o evidenciam: o modesto papel de simples pedinte queixoso e aspirante a um ou outro favor governamental.

A que atribuir essa situação? A questão é importante para nós aqui porque nos leva à consideração, com os dados para isso, do equilíbrio político brasileiro na fase que ora vivemos. Seria

o óbvio, aliás consagrado, senão oficialmente, por certo oficiosamente, reconhecer a concentração do poder político, no Brasil de hoje, em mãos da cúpula militar agindo, na qualidade de comandante, como representativa das Forças Armadas e em nome delas. Mas já sem considerar essa qualidade de "representação" das Forças Armadas pelos seus comandantes, pois é difícil compreender o significado dessa representação em nível político (uma vez que nem a natureza das Forças Armadas — finalidade, funções específicas... — nem a organização e as formas em que se estruturam dão lugar a uma tal representatividade) já sem levar isso em conta, o certo é que as Forças Armadas, como tais e tomadas em conjunto e como coletividade, e não na individualidade de seus componentes (e isso é assim no Brasil como em qualquer outra parte do mundo moderno no nível e nas condições da civilização de nossos dias) as Forças Armadas não implicam um pensamento político próprio e específico, nem tampouco um comportamento inspirado em tal pensamento e voltado para a realização dele (à feição de outros setores da sociedade, como sejam categorias ou classes sociais — a burguesia, o proletariado, as classes médias —, as comunidades religiosas em certos países onde as religiões têm um papel político etc.). Assim o pensamento e a ação dos militares no plano político não são, nem podem normalmente ser determinados, no fundamental, pela simples pertinência deles às Forças Armadas, e sim pelas suas convicções e tendências pessoais que se inspiram no seu meio social, na sociedade de que participam. A coletividade particular que compõem, as Forças Armadas, não pode ter esse papel, pois essas forças não se enquadram na estrutura social, em seu conjunto e totalidade, em situação e com determinação política própria e específica. E seus componentes pautam assim sua posição e orientação políticas segundo padrões que resultam do meio social em geral de que são participantes e para os quais, nessa qualidade de participantes, naturalmente também contribuem, mas como indivíduos e cidadãos que também são. E não especificamente como militares.

É nessa perspectiva que se hão de considerar os acontecimentos que se seguiram ao golpe de 1964 e que levaram até a situação presente que estamos procurando interpretar e compreender. Por força de circunstâncias que não poderiam aqui ser desenvolvidas e que, para o que nos interessa agora diretamente, não têm relevância excessiva, os militares, principais e decisivos fatores do golpe, foram progressivamente absorvendo todo o poder e autoridade, com o afastamento gradativo dos setores civis que com eles tinham cooperado — e mesmo iniciado — na

derrubada do governo afinal deposto. A saber, em particular, a burguesia ortodoxa, aliás principal idealizadora e preparadora do movimento que seriam naturalmente os militares a desencadear e realizar.

Aquele afastamento contudo não importou desde logo em perda alguma, para a burguesia, das vantagens que lhe proporcionava o golpe, e a que nos referimos. Sobretudo o emudecer das reivindicações trabalhistas reduzidas a um mínimo; emudecer também das forças populares em geral e das correntes políticas de esquerda que as representavam e sustentavam. A que se acrescentava, é claro, a política econômica que orientava o novo regime saído do golpe, inteiramente voltada para os interesses da burguesia — os imediatos, pelo menos. Inclusive naturalmente, e em bom destaque, os de seus velhos aliados (até nova ordem) do setor imperialista. Tinham aliás ditado aquela política e orientaram a sua implantação, alguns dos mais graduados representantes da burguesia (na ocasião, depois...) e expoentes máximos de seu pensamento econômico — ou que seria o seu pensamento se dele, teórica e conscientemente, se ocupassem: os Robertos Campos, Otávio Bulhões, Delfins Netos... Pôs-se com isso em ordem, na medida do possível, e se organizou tecnicamente, tanto quanto comportava, a débil e precária estrutura capitalista brasileira. Ou antes, "subestrutura", pois havia que contar, dada a conservadora e ortodoxa orientação adotada, com o indispensável aporte e participação, no caso, do sistema internacional do capitalismo em que o Brasil se enquadrava, e continuará ainda mais enquadrado, na sua tradicional posição e parcela periférica e dependente daquele sistema.

Essa política econômica, os militares, senhores afinal de todo poder e autoridade, endossariam e nela prosseguiriam por conta própria. Qual a razão disso? Em princípio, nada os obrigava e necessariamente os levava a isso. Haveria mesmo, no que respeita a franca e larga abertura para o imperialismo que mais que tudo, talvez, caracterizava a política econômica adotada, haveria algo que poderia, a rigor, ter feito os militares pelo menos hesitarem, lembrados de certas atitudes passadas de fortes correntes dentre eles que tinham adotado posições antiimperialistas. Águas passadas...

Esse antiimperialismo contudo, além de superficial, pois não penetrava em regra ao fundo e generalidade do problema antiimperialista, e se prendia antes a questões específicas, como fora o caso da campanha pelo monopólio estatal da exploração do petró-

leo, esse antiimperialismo não representou uma posição geral, mas como em outras quaisquer posições políticas de militares (vimos acima a explicação disso) cingia-se a opiniões individuais. E eram minoritárias; além do fato de terem sido abafadas e caladas, uma vez que a mobilização para o golpe de 1964, de iniciativa da burguesia, compreendia os elementos mais conservadores das Forças Armadas, e os projetara às posições dominantes.

Vingaria assim, sem contestação apreciável, a orientação econômica ortodoxa mesmo quando a participação e influência direta da burguesia são afastadas, e os militares assumem a hegemonia do mando. É a orientação que se impusera de início, levada aos militares por seus aliados da burguesia e que se apresentava como única alternativa tanto em face da ameaça "comunista" que se disfarçava — assim se dizia — na demagogia janguista; como da confusão e desordem em que se apresentava a situação econômica e financeira legada pelo governo deposto.

Terá contribuído também para a plena aceitação pelos militares, e sem restrições, da ortodoxia capitalista como orientação da política econômica (e social), uma circunstância que em situação semelhante e comparável à nossa foi lembrada pelo sociólogo francês Michel Dorly, e que vem a ser o particular atrativo que para os militares em geral oferece a perspectiva do "desenvolvimento" e elevação de seu país a plano superior e maior peso internacional. Observa Dorly que de todas as profissões, ocupações, situações individuais, somente a do militar depende quase exclusivamente, para o seu *status* social e projeção além do âmbito doméstico nacional, da expressão internacional do país de onde provém. Um cientista, um literato, um médico ou jurista, artista ou homem de negócios, terá a projeção que lhe confere o seu valor individual e nível de suas realizações, a posição cultural, econômica ou social que ocupa, independentemente de sua nacionalidade. Isso não ocorre com o militar que é no caso, como se dá com os soberanos, considerado em termos da importância maior ou menor de seu país. O militar de elevada patente de uma grande potência é uma figura altamente considerada, por mediocre que seja o seu valor militar individual. E pelo contrário o militar de um país de pouca expressão, por maior que seja seu mérito, não gozará nunca do prestígio de seu colega de grande potência, qualquer que seja a sua superioridade individual sobre ele.

Ora é precisamente a perspectiva de rápida elevação e classificação internacional que se propunha para o Brasil, e se propôs expressamente em largas campanhas publicitárias bem orquestra-

das, conferências em locais estratégicos, cursos bem ministrados em pontos-chave e outras formas de comunicação, com a teoria econômica ortodoxa e sua visão de um "desenvolvimento" expresso na base de índices monetários, como propriedade imanente do sistema e evolução do capitalismo. E que esse sistema necessária e fatalmente introduz e impulsiona logo que, bem estruturado e plenamente realizado, faz uma economia amarrada ainda pelos restos "pré-capitalistas" deslanchar e "decolar"; ou para ser mais rigoroso e científico, realizar o seu *take-off*. O que se obteria em país maduro para isso como o Brasil, alegava-se, com o devido ajustamento do mecanismo capitalista em sua economia, e rigorosa alimentação e lubrificação dela com o amplo e geral reconhecimento e consagração sem restrições ou contestações, e profunda e sólida implantação no espírito de todo mundo, dos grandes e supremos valores do sistema, como a livre iniciativa privada, o lucro mercantil, o ideal da acumulação de capital, isso é, o enriquecimento privado — com o reforço naturalmente da "poupança externa".

Essa perspectiva com que a teoria econômica ortodoxa acentuava teria contribuído para sensibilizar os militares e fazê-los aceitá-la e a promover. Tanto mais que ela pareceria um momento se confirmar graças às virtudes da especulativa orgia financeira que se desencadearia pelo mundo afora e que se refletiria no Brasil com o generoso afluxo de capitais estrangeiros. E assim os militares, na expectativa do grande acontecimento que estava por se realizar, tornando o Brasil em grande potência graças às milagrosas virtudes da ortodoxia capitalista manejada pelos tecnocratas com que a burguesia, sua aliada nos primeiros momentos do golpe de 1964, os prendara, os militares deixarão a cargo desses mesmos tecnocratas o livre manuseio da política econômica. Bem como a sua seqüela, está claro, que vinha a ser praticamente toda a administração voltada inteiramente, direta ou indiretamente, para o supremo objetivo de "desenvolver" o Brasil, isto é, aumentar o PNB e fazer crescer o "bolo" que depois se repartiria.

Fora isso, não haveria senão aguardar os resultados, e sobretudo assegurar o desenrolar do processo contra qualquer eventual obstáculo e perturbação, ou ameaça de perturbação por mais remota que fosse. As liberdades públicas, os direitos humanos, por exemplo. O que deu, politicamente, neste regime em que vivemos, consubstanciado no A.I. 5 que representa efetivamente a única e verdadeira norma reguladora da estrutura constitucional brasi-

leira em vigor. E acabou por afastar e excluir do poder, e mesmo de suas proximidades, como não podia deixar de ser em face das premissas do regime, quaisquer outras forças ou influências diretas que não fossem a cúpula militar dominante e os tecnocratas executores da grande tarefa "desenvolvimentista".

Para a burguesia, essa situação não traria, pelo menos de início, maiores problemas e dificuldades. Era o estabelecido que protegia os seus interesses e representava, em princípio, a sua teoria econômica, era isso que orientava a política oficial e o comportamento dos tecnocratas. Nada havia pois que perturbasse os seus negócios, e antes pelo contrário tudo os favorecia, pouco importando assim — é como julgavam a sua situação — o crescente e afinal o seu total alheamento político.

Isso duraria até quando se modificasse a conjuntura internacional, e à liberalidade e largas facilidades financeiras oferecidas até então, e com que se alimentara artificialmente o chamado "milagre" brasileiro através do abundante afluxo, sob diversas formas, de capitais estrangeiros, se substituíssem agora as restrições determinadas sobretudo pelo atendimento dos compromissos assumidos. Aí então — e é o momento que estamos vivendo, ou antes começando a viver — se revelaria, para a burguesia, o alcance do regime de tutela a que a reduzira o alheamento político que passivamente aceitara. No aperto geral em que já não havia mais lugar, com a mesma folga, para todos, passarão à sua frente outros interesses e influências que a abundância da fase anterior ainda podia disfarçar. Mas agora já não. A começar naturalmente pelos interesses imperialistas que principiam a fazer sentir o ônus que no final das contas representam para os próprios interesses burgueses quando sua penetração e a concorrência que ela implica atingem as proporções verificadas por efeito do excepcional acolhimento que lhes fora concedido.

Outros parceiros nos benefícios que em primeira linha o regime político vinha favorecendo, e que se adianta à burguesia ortodoxa, parceiros até então mais disfarçados, e que agora vão adquirir singular destaque, são deste outro setor de variegada natureza que nos ocupou acima sob a designação global e genérica de "capitalismo burocrático". Designação essa justificada, repetimos, porque apesar de suas tão diferenciadas atividades, tem contudo em comum, em todas essas suas atividades, a mesma característica. A saber, com o objetivo do "lucro" e a manipulação de "capital" para a finalidade desse lucro; e a acumulação de capital como resultado de tal manipulação e usufruto do lucro —

que são os traços específicos e funcionais do capitalismo —, com isso, a união estreita e mesmo integração com o poder público e sua atividade administrativa. É isso que caracteriza o capitalismo burocrático. E assim ligado umbelicalmente à administração pública a cuja sombra se constitui e viceja, pode-se mesmo dizer com que freqüentemente se confunde, o capitalismo burocrático haveria naturalmente que ocupar posição privilegiada, independentemente mesmo de qualquer preferência intencional e deliberada na distribuição de vantagens, mas como resultante normal e natural da própria rotina administrativa estabelecida. Tanto mais que especialmente o favorece a natureza específica do regime político vigente. Isto é, um poder e autoridade concentrados em mãos de reduzido grupo de dirigentes supremos e absolutos que devem sua posição essencialmente aos postos que ocupam numa hierarquia, a militar, que se compõe e estrutura em função de fatores e circunstâncias que nada têm a ver, diretamente, com o papel que eles desempenham; e no qual tendem por isso a se isolar e individualizar suas perspectivas como políticos e administradores. Faltar-lhes-á assim, no exercício de sua tarefa dirigente (salvo casos individuais isolados que não serão mais que exceções), a penetração das sutilezas inerentes às atividades que comandam; e sobretudo a ligação, contato, comunicação natural e suficiente, em suma presença e integração na infinidade tão variada das situações de toda ordem, econômicas, sociais, políticas e demais que constituem a trama da vida coletiva que lhes cumpre ordenar e orientar.

Essa tarefa de ordenamento e orientação fica assim entregue, praticamente com exclusividade, à própria estrutura administrativa sob o comando de uma subcúpula dirigente, o alto escalão ministerial e assimilados, selecionado, na melhor das hipóteses, pela sua capacidade técnica e representando unicamente essa técnica. E não as tão variadas necessidades e problemas, aspirações, impulsos, sentimentos dispersos e difusos na coletividade e seus diferentes setores cujas relações de convivência social administram, e de que deveriam constituir, pela sua vivência com eles, centros condensadores. São em suma os "tecnocratas". "Tecnoburocratas" já se apelidaram, concentrando em sua designação o conjunto de seus atributos.

Não pode assim haver terreno mais favorável para o vicejar e avanço do capitalismo burocrático em suas diferentes modalidades, que este proporcionado por tão fechado regime como o vigente de cuja intimidade participa e junto ao qual pode agir com desembaraço e sem constrangimento. Esse capitalismo burocrá-

tico, com sua grande potencialidade e raízes, no Brasil, de longa data, deriva em última instância de circunstâncias fundamente implantadas na formação histórica das estruturas políticas e administrativas do país. Mas adquire nesta fase contemporânea que nos ocupa e lhe é tão favorável, peso considerável e papel no andamento dos negócios públicos, que vai muito além de tudo quanto se conheceu dele no passado.

A recíproca também é verdadeira, isto é, se o regime vigente vem abrindo ao capitalismo burocrático novas e amplas perspectivas, esse capitalismo burocrático, como setor político, tende a se tornar, com o crescente desprestígio e perda de apoio do regime vigente que se está verificando, na sua derradeira e única expressiva base política. Base precária todavia, porque além de simples apêndice do Estado, ou antes, de um regime político particular e daqueles que eventualmente empolgam e ocupam o poder, o capitalismo burocrático não tem, por isso mesmo, uma subsistência própria; além do que não exprime ou representa, nem pode em conjunto representar, pela sua própria natureza e sentido no qual se vem desenvolvendo e que tende cada vez mais a se acentuar, não representa em sua maior parte muito mais que interesses individuais, negócios privados que parasitam o Estado e a nação sem trazer em regra nada de mais consistente e capaz de acrescentar algo ao processo histórico em curso, abrindo-lhe perspectivas para a solução dos grandes problemas econômicos e sociais pendentes.

Já tem havido quem procurasse valorizar o capitalismo burocrático, na sua modalidade hoje mais significativa que vêm a ser as iniciativas e intervenção do Estado em empreendimentos econômicos, uns apresentando essa intervenção como eventual excludora do capital imperialista de empreendimentos interessantes para a economia do país, mas além das possibilidades da iniciativa privada nacional. O que, para não alargarmos aqui excessivamente o tratamento do assunto, se destrói pela simples consideração que nunca esse foi o caso — salvo, mas isso em tempos já remotos e circunstâncias completamente distintas, refiro-me ao caso da Petrobrás, com que aliás já se principia a fazer marcha atrás com os chamados "contratos de risco" com empresas estrangeiras. E a larga abertura que expressa e declaradamente vem sendo oferecida à penetração do capital estrangeiro, aliás insistentemente solicitado e regiamente compensado, mostra que não é para afastar, e muito menos combater o imperialismo que se multiplicam os empreendimentos estatais.

Outros enxergam, ou pretendem enxergar nas empresas do Estado horizontes ainda mais amplos. A saber, uma forma institucionalizada de capitalismo de Estado, até mesmo, eventualmente, precursora de formas socialistas. O que poderia ser o caso, outra fosse a natureza dos empreendimentos estatais brasileiros que ultimamente se vêm multiplicando, mas de fato tendendo cada vez em maior número e mais acentuadamente, a se tornarem, como foi notado, em simples negócios financiados pelo erário público, mas beneficiando essencialmente interesses privados de natureza capitalista.

Em suma, se o capitalismo burocrático, mesmo em sua modalidade na qual mais se disfarçam as distorções do sistema econômico brasileiro de que resulta — que são as empresas estatais —, se pode constituir, como de fato constitui hoje base política de um regime como o atual, cada dia que passa se tornando mais em simples situação de fato impossível de se institucionalizar, se assim é, doutro lado o capitalismo burocrático não tem condições para se instituir em permanência como força e fator efetivo propulsor do processo histórico sócio-econômico brasileiro, e capaz de contribuir para a superação das contradições que nele se propõem. Representa antes uma degenerescência do nosso sistema econômico. E não oferece ele próprio mais consistência e estabilidade que o regime que lastreia.

Quanto à burguesia ortodoxa — isso é, ajustada na sistemática ordinária da economia capitalista — embora hoje afastada politicamente do regime vigente, e chocando-se cada vez mais com ele — essa burguesia não tem, por si, condições suficientes para lhe fazer frente decisiva e agir coerentemente nessa linha. O que deriva da própria natureza do frágil e deformado capitalismo brasileiro, produto de sua formação defeituosa nas circunstâncias peculiares da evolução sócio-econômica em que se constituiu, e que o relegaram à posição de dependência estreita em que se encontra relativamente ao poder público, e portanto daqueles que o manejam. É que o Estado representa na economia brasileira, em largas proporções, o principal fator no processo central do sistema, que vem a ser a acumulação e concentração de capital. Já nos referimos incidentalmente ao assunto, impossível de aqui desenvolver mais pormenorizadamente. Mas aí estão os fatos, suficientes para uma conclusão segura: direta ou indiretamente o Estado constitui entre nós o controlador de parcela considerável, e mesmo decisiva, das disponibilidades financeiras do país. O que se faz meridianamente patente, e sentido — o que é melhor ainda que qualquer cálculo — quando o desenvolvimento econômico alcança

entre nós um nível apreciável. Particularmente ao se propor a tarefa de industrialização intensiva, ou antes, dos primeiros passos decisivos no sentido de dotar o país de uma estrutura industrial moderna significativa. Isto lá pelo pós-guerra e nos anos de 50. E se sente hoje, ou melhor, sente-o a burguesia, de modo crucial, na própria carne, ou antes, no bolso, e o percebe nitidamente, quando sob o impacto da mudança de conjuntura que estamos atravessando, se desvanecem as largas facilidades financeiras da conjuntura passada, e o governo se vê na contingência de limitar o fluxo anterior de seus recursos. É então a recentemente denominada "descapitalização" das empresas privadas, isso é, em tradução do "economês", nada mais que a redução dos financiamentos com que antes elas contavam. Em contraste — e aí estará com certeza o nó górdio da atual tendência politicamente oposicionista da burguesia — com o financiamento prioritário, como era de esperar, das empresas estatais e a alegada "estatização" da economia, coisa com que ninguém dava conta na fase anterior de abundância financeira. E talvez, antes pelo contrário, era saudado como sinal da eficiência do regime.

Mas a isso, a burguesia já não tem mais a opor que o seu protesto. Esse mesmo sem grandes resultados porque, dadas as circunstâncias, não há mesmo muito a fazer. Mas o que mais dói à burguesia, o "empresariado", como hoje é respeitosa e tratado, é por certo o sentimento de impotência e desprestígio que a tornaram em simples pedinte de favores junto aos órgãos governamentais. Mais não lhe é concedido, a possibilidade nem de pressões, nem muito menos de exigências. Falta-lhe para isso a necessária autonomia, influência e autoridade junto aos círculos do poder, posição de que abdicara ao se alhear da ação política, confiante, sem mais, num tipo de regime que lhe assegurava sossego em suas relações com os trabalhadores empregados a seu serviço. Em vez de optar, como fora o caso, no passado, dos países pioneiros do desenvolvimento capitalista, optar, fosse inicialmente por isso ou aquilo, e embora com todas as dificuldades e ônus daí resultantes, pela ampla e livre concorrência e disputa entre empregados e empregadores no mercado de trabalho, e procurando superar a contenda proporcionando aos trabalhadores condições para um progressivo aumento de produtividade — o que foi um dos fatores decisivos do avanço tecnológico —, e compensando com isso um custo de remuneração do trabalhador compatível com padrões de vida dele aceitáveis e crescentes, em vez disso optou-se entre nós pelo conforto de um regime repressivo que, abafando as reivindicações populares, assegurasse com isso

uma mão-de-obra de baixo custo... porém menos eficiente e produtiva.

Não vamos agora analisar essa opção, suas razões e determinações de ordem histórica e sócio-econômica. Mas o fato é que assim foi: a burguesia brasileira preferiu, como aliás tem sido em geral a regra nos países retardatários como o nosso, preferiu para a solução dos seus problemas de custo da mão-de-obra — e isso foi agora elevado entre nós ao extremo — os regimes de força que abafam a voz do trabalhador e suas reivindicações, e o excluem da ação política livre e efetiva, embora sacrificando com isso — porque uma coisa não vai sem a outra no nível em que nos encontramos — a sua própria participação, dela burguesia. Uma democracia, que significa essencialmente participação efetiva dos governados na ação e comportamento do governo, uma democracia só para a burguesia e os aspirantes a burgueses, pretensão de muitos, não é realizável. Ou será de todos ou de ninguém; e se terá então um regime como este nosso em vigor. A experiência pela qual passamos faz isso suficientemente claro.

Há sintomas contudo, na atual conjuntura erizada de dificuldades que a crise econômica, social e política que ora começamos a viver desencadeou, sintomas de um maior esclarecimento; e que em particular a nossa burguesia, ou pelo menos seus setores mais evoluídos ganharam algo com a experiência destes últimos anos. Já se tocou acima nesse ponto. E se isso for mais que sintomas apenas, representará grande contribuição para aplainar um caminho que de uma ou outra forma terá que ser percorrido. Melhor que o seja, e assim esperamos que aconteça, pelo entendimento de todos.

Será então o retorno a condições em que seja possível a participação de todos os brasileiros na vida política do país e sua contribuição para a determinação de seus destinos. E não a presente monopolização do poder e direção dos negócios públicos já não se sabe mais ao certo nas mãos de quem e para que fim.

Uma tal participação, em especial das camadas populares praticamente excluídas e marginalizadas com o golpe de 1964 e suas seqüelas, abrirá novas perspectivas para a realização, em benefício do país e de seu povo em conjunto, das grandes reformas que nos elevarão como nação, e para ela toda, aos níveis do progresso material e cultura do mundo de nossos dias; e que não se atingirão com o simples crescimento dos índices do PNB do desenvolvimentismo. Disso já temos agora uma larga experiência. Haveremos de aproveitá-la.